

Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Biografia

*O Barão do Rio Branco
por seus contemporâneos*

Acompanha Fotografias e Charges

Organização
Iba Mendes



Iba Mendes
www.poeteiro.com

O Barão do Rio Branco

por seus contemporâneos

Organização
Iba Mendes

Acompanha acervo de fotografias e desenhos.

**José Maria da Silva Paranhos Júnior
(1845—1912)**

“Projeto Livro Livre”

Livro 695



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2015
www.poeteiro.com

PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras em domínio público, como esta série de ensaios sobre o grande estadista brasileiro Barão do Rio Branco: *“O Barão do Rio Branco por seus contemporâneos”*.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com
www.poeteiro.com

ÍNDICE

SÍLVIO ROMERO.....	1
JOÃO DO RIO.....	6
RUI BARBOSA.....	13
CLOVIS BEVILAQUA.....	14
CARLOS DE LAET.....	17
PINTO DA ROCHA.....	20
ESCRAGNOLLE DORIA.....	27
JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS.....	34
APENSOS(FOTOGRAFIAS E DESENHOS).....	66

SÍLVIO ROMERO

(1851 —1914)

ADVOGADO, JORNALISTA, CRÍTICO LITERÁRIO, ENSAÍSTA, POETA,
HISTORIADOR, FILÓSOFO, CIENTISTA POLÍTICO, SOCIÓLOGO, ESCRITOR,
PROFESSOR E POLÍTICO

O BARÃO DO RIO BRANCO: HISTORIADOR E DIPLOMATA

A notícia de ter sido assinado o tratado do Acre, nas vantajosas condições conhecidas, importando um passo decisivo para a solução da mais dificultosa, da mais complicada, da mais tremenda de nossas questões de limites, é de molde a atrair ainda uma vez, e de modo solene, a atenção geral para o extraordinário negociador principal do pleito.

Três ou quatro vezes posta a perder por declarações precipitadas, e tristemente ruidosas na sua precipitação, da parte de nossos Governos, a questão do Acre tinha chegado nos últimos tempos, com a intervenção do celebre sindicato anglo-americano, a assumir aspecto de todo desesperador para o Brasil. Era, infelizmente, a crença e a confissão geral.

Mas a terra de Santa Cruz tinha ainda uma vez de se sair airoso dos debates que tem travado com os seus vizinhos. Havia ainda quem pudesse torcer o curso das negociações, safar-se da trilha apertada em que se tresmalhavam e perdiam os discutidores de arribação e encontrar a estrada larga das soluções previdentes e dignas.

Havia ainda quem pudesse operar essa milagrosa mutação, e outro não poderia ser senão o glorioso negociador das Missões e do Amapá, dous famosíssimos debates mais de uma vez quase tão bem perdidos para nós. E qual é a razão da superioridade diplomática do Barão do Rio Branco? Será ele uma dessas imponentes, insinuantes, irresistíveis figuras, por não sei que fascinadora magia do aspecto e do dizer, que tem sido o condão de mais de um diplomata célebre? Não. Será ele um desses espíritos, cuja trama intelectual tem a propriedade de formar uma espécie de teia enredada, apta a envolver, prendendo, as almas alheias? Não. Terá ele rio íntimo mental umas espécies de meandros, de sinuosidades, de labirintos, docemente velados, em que as ideias do adversário se vão insensivelmente deixando escoar, sem que de todo se possam depois libertar?

Ainda não. Ele não é um diplomata de *officio*, como foi por certo seu ilustre pai.

Sua força, seu prestígio lhe advêm de outra parte: brotam de sua vasta cultura histórica e geográfica, de seu profundo saber, acumulado por quarenta longos anos, da corografia e dos anais pátrios, nomeadamente das lutas e pendências de guerra havidas com as gentes vizinhas.

Sobre este largo e seguro alicerce é que se tem alevantado a capacidade diplomática de Rio Branco.

Como historiador, apesar de não haver ainda publicado uma obra de *eonjuncto*, são tão consideráveis os fragmentos esparsos de seus labores de suas pesquisas, que possível e até fácil ao Crítico é defini-lo classificá-lo.

Duas notas capitães lhe descubro no seu tratar os anais brasileiros; a subordinação da historia á geografia, a predileção evidente pelo aspecto militar de nossas lides.

Pela primeira qualidade ele se filia no grupo dos que resolutamente transportarão para as questões, problemas e fatos sociais e políticos a imensa revolução operada nesta ordem de estudos pelo extraordinário avanço das ciências naturais e biológicas.

Destarte, a formação geográfica, por exemplo dos Estados da Europa, tratada por um *Freemann*, um *Sorel*, mostra bem nitidamente o imensurável poder desse fator físico, que obra com a irresistível pressão mecânica duma força inconsciente para o geral dos politiqueiros de todos os tempos, que vivem e morrem na doce ilusão de dependerem os destinos dos povos das suas parvas ideias e de seus safados interesses: Esses demônios de todas as épocas são os algozes das nações pelo verme roedor da desmoralização que inoculam por todos os lados na vida pública.

É mui de notar como eles se agitam para perder os verdadeiros servidores da pátria...

Se de uma missão étnica, missão nacional, pode-se falar de raros e seletos espíritos numa esfera qualquer, por serem eles evidentemente homens a quem coube uma tarefa nas lutas e incertezas do viver dos povos, sem lisonja, o Barão do Rio Branco é um dos poucos diante de quem se pôde ter esta linguagem no Brasil.

Sem saber histórico-geográfico tinha de ser uma força em nossa vida de nação, integrando-nos o território ao norte e ao sul. Já por aí ele é benemérito entre os que mais o possam ser.

Se a politicagem patibular e canina de crassos ignorantes não conseguirem desmanchar o mais extraordinário de seus feitos, essa esplêndida vitória do Acre adquirido inteiro, além das mais ousadas fantasias, a troca de algumas quantias de dinheiro e de pequenos trechos de território à margem direita do Paraguai e à esquerda do Madeira, terrenos aliás que são do número daqueles que, no cumprimento de antigos tratados, tínhamos recebido da Bolívia por outros por nós cedidos, se a politicagem daninha e inqualificável não deitar a perder tão esplêndidos esforços, poder-se-á ter por gloriosamente finda a missão que o destino reservou ao filho do velho estadista, imortal patrono da raça negra.

Os que andamos cá embaixo em contato com a multidão sabemos das torpes perfídias que lhe estão armando aí terríveis odres de inveja, assaz conhecidos de todos.

A intriga visa mais de perto as classes arma das...

Esta palavra revoca-me à lembrança a segunda nota que assinaei no historiar do moço Silva Paranhos: o amor, a predileção irresistível por nossos fastos militares. Isto desde os mais antigos tempos, desde sua puerícia literária. Como poderia jamais ser um inimigo do Exército e da Armada um escritor que tem passado a vida a estudar-lhes os feitos e a lhes decantar a glória?

Rápida resenha das produções de Rio Branco é suficiente para evidenciar o fato, derrotando os alvissareiros de tristezas e malquerenças.

Toda precaução é pouca de encontro aos ardis desses fautores de ruínas. Se em todo homem há em qualquer grau um comediante feito pela civilização, a ponto de o severo Herculano falar — na máscara que a vaidade e o orgulho põem na face humana ainda nas mais terríveis situações, para que a vida seja uma continua farsa, da qual o coração é o ator mentiroso desde o berço até o sepulcro, — que espécie de *clowns* serão esses desgraçados perturbadores de todas as obras justas e patrióticas?

Mister é soterrá-los debaixo dos serviços de Rio Branco. O primeiro artigo devido à pena do futuro negociador do pleito das Missões foi a biografia de um militar, o Capitão de Mar e Guerra Luiz Barroso. Pereira, morto em Montevideu em 1826 na defesa da fragata *Imperatriz*, atacada pelos argentinos.

Acha-se na *Revista Popular*, em 1861.

Pouco depois, na *Revista do Instituto científico*, de S. Paulo, publicava vários episódios da guerra da Cisplatina de 1826 a 28. Era ainda estudante e já se dedicava às pesquisas que vieram a constituir-lhe a especialidade. Durante a

guerra do Paraguai fez-se correspondente gracioso da *Illustration* e do *Monde Illustré*, de Paris, no só intuito de enviar notícias da campanha, retratos de generais de terra e mar, desenhos e croquis de batalhas, avultando entre estes os feitos de *Itapiru*, *Estero Bellaco*, *Tuiuti*, *Curuzu*, *Tuyucut*, *Estabelecimento*, *Itororó*, passagem de *Humaitá*.

Entregando-se a aturado estudo dos documentos, numerosos deles particulares ou secretos, preparou-se para escrever essas admiráveis notas, nas quais corrige, amplia, esclarece ou comenta a grande História da guerra do Paraguai, do Conselheiro Schneider, na bela tradução de Thomaz Alves Nogueira.

Ainda há pouco, a propósito das insólitas afirmações do General Mitre em desabono da capacidade do inolvidável Duque de Caxias teve o público de conhecer algumas dessas *notas* do 3º volume do célebre livro, ainda inédito.

De tudo quanto se disse em refutação ao general argentino foi o que apareceu de mais completo, perfeito e incisivo.

Não foram, porém, as façanhas da guerra paraguaia que tiveram o encanto de prender definitivamente o então moço escritor aos atrativos das narrativas militares. Seu ardor foi mais longe; perlustrou os velhos papéis, percorreu lentamente os arquivos e as bibliotecas. Tinha o fito de escrever a *História Militar do Brasil desde os tempos Coloniais*.

Esta vasta obra, esboçada em parte, em vários pontos escrita, é que o fez mergulhar, digamos assim, no pélago ora sereno, ora revoltado do passado brasileiro. O segredo desse passado é completamente conhecido por Silva Paranhos.

A erudição de que deu provas sobejas ao discutir Missões e Amapá — é a garantia segura do que será a obra definitiva de Rio Branco, longa e justamente interrompida, exatamente para correr ao serviço da pátria em tarefa que se lhe antolhou mais urgente : *Missões, Amapá e Acre*.

Um operário dessa estatura, um sabedor dessa guiza impõe-se ao respeito de todos os ânimos retos. E cumpre ainda notar que em seus estudos de *militarista* professo e confesso teve de relacionar-se e conviver com as nossas maiores figuras marciais, que lhe dispensavam carinhoso afeto e dos quais possui preciosíssima correspondência: Caxias, Osório, Porto Alegre, Barroso Tamandaré, Melgaço e vinte outros...

Quão intensa não seria a manifestação de estranheza dessa admirável plêiade de verdadeiros soldados, se lhes fosse dado saber que andam hoje liliputianos a

tentarem intrigar esse seu dileto Silva Paranhos com o exército, apontando-o como um desservidor da Pátria.

Sinal dos tempos... triste entre os mais tristes!

Aguardemos a monumental exposição de motivos, que antecede o tratado do Acre, para que vejamos quão mais terríveis foram as dificuldades vencidas e quão maior será a vantagem do Brasil em aprovar o ajuste, bem-dizendo os esforços de um filho querido.

1903.

JOÃO DO RIO
(1881 —1921)
JORNALISTA, CRONISTA, TRADUTOR E TEATRÓLOGO

Então, o meu coração começou a bater de mais. O velho carro rangia na aspereza da areia, vagorosamente arrastado pela magreza melancólica dos cavalos veranistas. Embaixo corria fio d'água barrenta e da ribanceira exagerada dessa pretensiosa e pequena corrente, árvores empoeiradas esparramavam ramos, aqui e ali, dominando os montes de terra. Um integral silêncio parecia desdobrar-se na luz do sol. Estávamos na Westphalia.

O carro parou. Parou sossegadamente. Depois o cocheiro, esperando em vão que eu descesse, voltou-se:

– É aqui.

Era ali. Era a primeira porta a que minha mocidade ia bater. Tumultuariamente mil pensamentos escachoavam-me no cérebro. E não sabia bem por que subira, por que estava diante da casa notável. Atirara-me à vida, com uma vontade frenética. Os jornais, fechados às minhas revoluções literárias de adolescente, tinham cedido de súbito à pressão de um homem inteligente. Entrara para o jornal considerado incapaz de agir e quisera logo, escudada a timidez na representação da folha, ver os deputados, ver os políticos, ver os diplomatas. Não compreendia bem a princípio e afirmava. O jornal dava-me a impressão do turbilhão, onde fosse preciso bracejar incessantemente. E eu via a inveja forjando a calúnia sórdida, sentia a peçonha dos literatos emasculados, a ignorância recalcitrante dos políticos, a trama da ambição e do negócio. Teria de viver toda vida assim; resistiria, naufragaria? E eu que sonhava escrever vários livros importantes!

Então nesse estado de medo, diante do sofrimento que a vida proporciona ao mais feliz, quis recuar, pensei em profissões tranquilas, um momento chegou a passar-me pela mente a possibilidade de vir a ser empregado público. E estava assim, quando um dia Mario Cattaruzza, um dos talentos mais estranhos que têm aparecido no Brasil, ergueu a sua voz estentórica.

– Por que não és diplomata?

Generoso e bom, Mario, às quatro ou cinco crônicas publicadas por mim, estabelecera um escandaloso reclamo. Com seis meses de jornal, o único amigo de jornal era ele. Andávamos sempre os três: ele, Carlos Silva, amizade de rapaz, e eu. As suas palavras foram como uma súbita revelação. Lembrei o remodelamento do Corpo Diplomático, os meninos que o “grande homem”

civilizava, criando a nova geração sob a sua alta influência. Quantos companheiros de exames se tinham feito secretários de legação! Surgiam-me cenas fugitivas, anedotas. O Francisco Pimentel, tão distinto e elegante, visitara uma vez apenas o chanceler e fora no dia seguinte despachado para Londres. Carlos Silva, aproximado por Cattaruzza da personalidade de Enéas Martins, seguira para a Colômbia. Se eu fosse para a Colômbia também?

Então, à porta da *Gazeta*, encontrei Domício da Gama. Domício da Gama fora discípulo de meu pai, quando estudava para engenheiro. De uma inteligência penetrante e cauta, de uma polidez perfeita, eu o sentia dessa fornada de homens cujo poder mental se alia à habilidade de não querer contrariar o semelhante, de criar simpatias. Da Academia, célebre literariamente, tratava-me acentuando bastante o ar confrade – o que colocava a minha oculta timidez a uma incomensurável distância.

Disse-lhe de um fôlego o meu desejo. Faltava-me a justeza da expressão. Sentia-me ridículo.

Não chegava a pedir e queria como uma criança. Domício foi perfeito.

– Sim, realmente, para a literatura, a vida de jornal... Devo dizer-lhe que é, entretanto, um pouco difícil. Em todo caso...tem alguém que se interessa pelo seu nome?

– Terei o senhor...

– Nada vale.

– Mas é impossível então?

– Quem sabe? Em todo caso, posso apresentá-lo ao Barão...

– Quando?

– Quando? Amanhã, se quiser. Subo agora para Petrópolis; apareça amanhã, às 2 da tarde; farei o possível para que o nosso ministro o veja.

Não dormi. Via-me em presença do homem formidável, acolhido por ele. Via-me em viagem. Via-me em Paris, de casaca. Quem não se imagina uma vez em Paris, de casaca? Ergui-me às cinco da manhã, fui na barca das seis no tempo remoto em que havia barcas até Mauá; e, crispado, nervoso, com um terrível nó na garganta, fizera o carro rodar até aquela hora pelas alamedas da cidade, que toda gente acha interessante.

– Voltamos? indagou o cocheiro.

– Não, eu salto.

Saltei. Estaquei no portão entreaberto. Bati palmas. Havia do lado esquerdo do jardim uma espécie de barracão. Do lado direito baixo, com um ar de construção alemã em Santa Catarina, a velha casa do chanceler debruçava uma velha varanda para os canteiros pouco tratados.

Bati de novo. De repente o ar escureceu e uma lufada de vento passou. Era o anúncio da chuva fatal que interessantemente cai todas as tardes sobre Petrópolis. Então, arrisquei-me pelo jardim, cheguei à varanda e ia bater, mas vi-me no vidro da porta. Consertei a gravata, mirei-me. Que impressão causaria?

Neste momento apareceu um criado loiro. Estava de casaca e com o colarinho e a camisa bastante sujos. Olhou-me ríspido.

– O Senhor Barão não recebe. Está em conferência com o Ministro da Itália.

– Entregue o meu cartão ao Sr. Dr. Domício.

– Também não recebe.

– Ele marcou-me hora.

Com mau modo, o importante fâmulos tomou o pedaço de papel onde ia o meu nome de menino, nome ignorado e sôfrego e pedinte. Dez minutos fiquei à espera. Dez longos minutos, os dez primeiros minutos de espera na vida, os terríveis dez minutos. E cada um desses minutos irrevogavelmente arrancava-me uma esperança pueril. Via bem a ousadia daquela investida sob a complacência céptica de Domício. Que estava ali a fazer? Ia pedir, pedir só – pedir! Um desesperado orgulho quebrava de súbito a fantasia pueril. Que era eu, no meio de tudo aquilo, diante daquele criado sujo e de casaca? Os velhos esquecem sempre os primeiros desgostos, as primeiras dores que a vida lhes proporcionou em rapazes. Se relembrassem um segundo sequer esses instantes, seriam muito melhores para os que com vinte anos lhes vão pedir auxílio. E o mundo não seria tão continuamente mau...

Quando o criado voltou, eu era bem outro. Ainda assim, entrei para uma sala, onde Domício apareceu pouco depois, com aquele ar suave e espreguiçado superiormente diplomático. Sentindo a minha emoção, Domício distraía-me.

– O Senhor Barão recebê-lo-á logo que termine a conferência com o Príncipe de Cariati. Conhece? Homem encantador. O senhor nunca veio cá? Então deixe mostrar-lhe o retrato do Kaiser. Sua Majestade ofereceu-o ao Senhor Barão – oferecimento do próprio punho. É uma honra excepcional.

Esticamo-nos ambos para ver a letra imperial, eu pensando em mim; Domício com a elegância de quem já fizera o movimento pelo menos uma vez por dia.

– O Senhor Barão agora é que está mandando vir os seus móveis, continuou o bondoso amigo. Há objetos aqui esplêndidos. Veja o senhor estas figuritas de Tanagra. Sabe que são autênticas. Tanagra era...

Pensei que Domício julgava dos meus conhecimentos. Fiz nervoso:

– Eu sei o que é Tanagra.

Como me arrependo dessa frase! Que importava mostrar a Domício que eu já vira algumas dessas figuritas ondeantes e que já abrira um dicionário enciclopédico?

O criado apareceu à porta. Cariati saíra.

– Um instante, meu amigo, disse o futuro embaixador.

Era o grande momento. Escostei-me a um *puff* cheio de músicas da senhorita Hortênsia do Rio Branco. A cabeça andou-me à roda. Como outros companheiros de colégio e de *music-hall*, eu ia ser julgado, avaliado pelo *Maior Homem do Brasil!*

Um reposteiro arrepanhou-se, a figura fina de Domício surgiu:

– Entre, meu amigo.

Avancei. O ouvido direito zunia-me como se tivesse arreventado qualquer coisa dentro. Sentia-me feio, deselegante, desajeitado, antipático, idiota. Oh! principalmente idiota! Eu, que me julgava o mais inteligente dos meus colegas de estudo, não diria uma frase ao ministro. Curvei-me.

Era ele.

O “homem extraordinário” estava de sapatos pretos, calça de brim branco, colete de brim branco, jaqueta de alpaca negra. Tinha a mão direita no bolso da calça. Na cabeça dominadora, os seus dois olhos percorriam-me frios. Estendeu-me a mão.

– Sente-se. O Sr. Domício falou-me do senhor. Está há muito tempo em Petrópolis?

– Subi hoje, Excelência.

– Então trabalha em jornal?

– Transitoriamente, Senhor Barão.

– Também trabalhei em jornais. Gosto muito. Os meus primeiros tempos da mocidade passei-os a escrever nos jornais.

– Sei que Vossa Excelência foi um dos nossos mais notáveis jornalistas.

– Simples rabiscador.

– Oh! não...

Um silêncio caiu. Lamentável cena. Domício era único espectador, com sensibilidade bastante para ter pena do pobre principiante. Como sair dali? Como chegar ao meu pedido? O próprio Domício ajudou-me.

– Vai demorar-se cá?

– Eu vim apenas para pedir ao Senhor Barão a sua proteção.

– O Senhor quer entrar para a carreira? É preciso concurso.

– Eu desejaria ir na Missão Especial do Sr. Dr. Enéas.

– É o Sr. Dr. Enéas quem escolhe. Parece-me que chega tarde. Acho, entretanto, o concurso indispensável para a carreira. Quando houver concurso tem a minha melhor vontade.

Ergueu-se. Ergui-me tartamudeando não sei que frases apagadas. Estava julgado – afastado, polidamente liquidado. E ainda tenho vivo aquele momento em que Domício discretamente me consolava falando de concursos e que a cortina se cerrou sobre o “homem formidável”, em pé; a mão esquerda no bolso da calça, a direita apertando entre os dedos um cigarro de palha.

Desci desesperado. À noite, encontrando Henrique Chaves, contei-lhe tudo.

– Mas é uma criança, menino. Tudo depende de empenhos. Se me tivesse falado, não terias tido esse trabalho. O Domício, aliás, deve saber que para tal comissão já estão feitas as nomeações. O Barão já os nomeou. E, qualquer cargo que quiseses, hás de levar muitas influências e pedir muito... todos têm empenhos. O Domício não te quis desiludir...

– Mas é preciso empenho, mesmo com o concurso ?

– És criança demais!

E deu-me as costas.

Então, eu, que vira o mundo se abrir tão claramente, resolvi não pedir. Era continuar no caminho para onde os deuses me tinham conduzido, e trabalhar, trabalhar, trabalhar.

Caminhei sem ilusões, sem fantasia, amargamente. O transitório êxito deixou-me frio sempre.

Nesse período, cada vez que se oferecia ocasião, escrevia longos artigos de louvor ao imortal brasileiro. Considerava-o como o *Fetiché* que me fizera ver a vida e deixar de ser criança.

Oito anos depois, o Presidente da República pediu-me um dia que passasse pelo Itamaraty a ouvir o Barão do Rio Branco sobre uma questão diplomática. O Senhor Barão dar-me-ia as notas para o artigo a sair no jornal.

Fui lá à tarde. O ilustre brasileiro, a quem foram prevenir dois diplomatas amigos, teve a bondade de receber-me logo. Estava na sua sala de trabalho, fumando incessantemente. Duas horas ouvi-o. Ora de pé, ora descansando o joelho no *puff*, ora sentado, o eminente estadista iluminava-me. Com desvanecimento, Sua Excelência falava de sua obra, da sua sempre esplêndida personalidade. Que memória de minúcias, que largo vôo intelectual!...

Ao despedir-me, lembrei-me de repente do dia de Petrópolis e não me contive que não fizesse o meu agradecimento.

– O Senhor Barão não imagina de certo o grau de veneração em que o tenho. E não imagina por que, além de ser o sentimento de todos os brasileiros pelo maior dos brasileiros, é principalmente egoísmo – porque é gratidão. Cada passo que dou na vida faz-me lembrar que, se há oito anos a minha criançada lograsse merecer a sua bondade, eu seria mais inútil do que sou...

Essas recordações não interessam a ninguém. Nem mesmo a mim. Trago-as a lume, tomando antes da velhice o ar dos velhos escritores que não têm mais o que fazer, primeiro porque elas não exprimem nada, condição de boa diplomacia; segundo porque entre os múltiplos artigos laudatórios ao grande brasileiro, ficará menos desinteressante lembrar o estado d'alma dos meninos de 1902, quando o Barão reformava o Corpo Diplomático.

Talvez seja fútil. Mas esse homem, como todos os homens notáveis, exerceu uma influência e uma ação não só de sabedoria na paz, de inteligência dominadora para o país no continente e no mundo, como de elegância e

mundanismo em pequenas coisas internas, de gosto e de civilização. Como dilatou o território nacional, trouxe aos receios coloniais a convicção da honestidade do carro aberto; como fez a diplomacia nacional moderna, criou os chás das cinco horas e os meninos vestidos em Londres; como lançou o Brasil em Haia, foi quem acentuou a corrente de estrangeirismo de que todos nós sofremos e cujo nome é hoje *snobismo*.

Ninguém ainda o estudou tão complexamente – porque sobre Rio Branco até agora nós oscilamos entre o panegírico de oratória e a relação de anedotas íntimas do Coronel Senna. É, pois, perdoável, que, sem competência para o panegírico ou para a relação de anedotas e muito menos para o trabalho complexo que se há de fazer um dia, peça eu a ajuda do egoísmo e narre as impressões de um ingênuo rapaz de 1902, que veio à realidade da vida por ter visto de frente o vulto formidável de Rio Branco recusando polidamente à sua fantasia o árduo trabalho dos secretários de legação.

RUI BARBOSA

(1849 —1923)

JURISTA, POLÍTICO, DIPLOMATA, ESCRITOR, FILÓLOGO, TRADUTOR E ORADOR

De Rio Branco, o papel político é todo internacional. Foi o último benfeitor das nossas fronteiras.

Não direi, como se tem dito, que nos dilatou o território. Não. Os grandes méritos de outras coisas não precisam que da verdade. Só ela, no tribunal da posteridade, resiste ao juízo final.

Thiers, obtendo a desocupação do solo de França, pelos alemães, não aumentou o território francês: restabeleceu-o. Foi seu libertador. Rio Branco alcançando o reconhecimento do nosso direito à região que o estrangeiro nos disputou, não alargou as nossas divisas: restaurou-as.

A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração. Mas nem por isso é menor.

O território brasileiro não se poderia acrescentar senão pelo dinheiro ou pela força.

Pelo dinheiro era compra, e não glória. Pela força, não seria glória, mas crime.

Para sermos bons irmãos, entre os nossos vizinhos, cumpre assentar, em causa julgada, que o Brasil nunca teve cobiças nem perpetrou expansões territoriais.

Invejável destino o desse nosso conterrâneo em sua realidade, projetando o seu vulto sobre os extremos do país, espécie de nume tutelar, como deus Termeiro da nossa integridade nacional!!

CLOVIS BEVILAQUA

(1859 —1944)

JURISTA, LEGISLADOR, FILÓSOFO E HISTORIADOR BRASILEIRO

Tal como se me afigurava, a individualidade do Barão do Rio Branco foi uma poderosa energia posta a serviço de nossa evolução nacional e cultural.

Para que a sua inteligência, clara no perceber e pronta no conceber, produzisse um trabalho sempre útil ao desdobramento das forças morais do país, era necessário que o seu sentimento refletisse o conjunto das aspirações nobres e justas, que as condições históricas vieram evocando para o Brasil, e lhe desse uma visão suficientemente lúcida da psicologia do povo e de sua capacidade política. Tendo formado o seu espírito no estudo minucioso e constante da história pátria e do assento geográfico sobre o qual a pátria se desenvolveu, avigorou e apurou o seu amor pelas coisas brasileiras, de modo que as penetrasse tão intimamente quanto é dado às nossas faculdades, e a perceber-lhes as vibrações mais recônditas. Depois, chamado a defender o direito brasileiro nas contendas de limites com a Argentina e com Guiana Francesa, esse cabedal acumulado, de idéias e sentimentos, se expandiu em erudição e dialética, entrou, francamente, na circulação da vida nacional, revelando e afirmando fatos e tendências, repercutindo na alma popular, iluminando a consciência do povo. Lutar com adversários do valor de Estanislau S. Zeballos, o conhecido homem de Estado e professor argentino, enfrentar o prestígio da diplomacia francesa, potência de primeira ordem, de reconhecida superioridade de cultura, no mundo ocidental, é um ato de bravura intelectual. Mas não passaria de um torneio político-literário, cujo eco se apagaria em pouco tempo ou apenas recolheriam os curiosos e os homens do ofício. O que deu a esses feitos uma alta significação histórica foi terem eles correspondido a necessidades sentidas por nossa consciência nacional, foi traduzirem afirmações de nossa nacionalidade, conforme ao direito, e necessárias à nossa integração geográfica. O advogado falava pela Nação, e o povo sentia que o defensor de suas pretensões exprimia, com vigor e lucidez, os anelos e pensamentos que se lhe esboçavam na alma.

Depois dessas duas vitórias, estava indicado o estadista capaz de dirigir, com acerto e vantagem, as nossas relações internacionais. Assim o compreendeu o Conselheiro Rodrigues Alves e, no seu período presidencial, o Barão do Rio Branco iniciou essa obra grandiosa de assegurar ao Brasil, no continente e na comunhão internacional, um posto digno de seu povo e da sua situação geográfica. Não bastava levar a termo a melindrosa tarefa de traçar, com punho firme, a linha das fronteiras, que iniciara, obtendo as sentenças arbitrais contra a República Argentina e a França. Era ainda necessário mostrar, ao mundo, que

a obra da civilização encontrara aqui terreno adequado; que a inteligência brasileira assimilara a cultura européia e era capaz de traduzir-lhe as aquisições com elevação e brilho; que eram as idealidades superiores que nos orientavam a vida, nos contatos internacionais; que sentíamos a solidariedade humana e trabalhávamos pela confraternização dos povos.

Por vários modos conseguiu o que ambicionara. Porém é fora dúvida que, entre todos os meios de que se pôde servir, dois ressaltam, na tela dos fatos, com tintas mais vivas: a nossa ação na Conferência da Paz, em 1907, e a retificação das nossas fronteiras com o Uruguai, cedendo-lhe o condomínio das águas na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão. Chamar a atenção de homens eminentes para o país, dar-lhe relevo nas representações diplomáticas, multiplicar os tratados de arbitramento, intervir, oportuna e criteriosamente, em prol das boas relações internacionais do continente, como no caso Alsop, entre o Chile e os Estados Unidos, são serviços valiosos e atos de benemerência que formam, com outros muitos, esse tecido admirável de habilidade e competência, características da administração Rio Branco e que explicam a confiança incondicional e a veneração do povo por seu grande ministro.

Dir-se-á que a obra de Haia é do nosso embaixador, o eminente Sr. Rui Barbosa. Mas quem soube escolher o homem na altura de representar o Brasil republicano, culto, consciente de seu valor e cheio de esperanças no futuro, foi o Barão do Rio Branco; e, se o escolhido correspondeu à expectativa geral do Brasil, a sua escolha indica bem claramente que o ministro compreendera a importância excepcional daquela assembléia ecumênica, e vira a excelente oportunidade, que se nos apresentava, para dar mais uma amostra do que podíamos intelectualmente. Além disso, a Chancelaria não ficou inativa, tudo esperando do saber e da eloquência do embaixador. Esteve sempre vigilante a despertar simpatias pela obra que estávamos executando pelo órgão do nosso representante e a aplainar dificuldades, que lhe iam suscitando as competições, as desconfianças e o orgulho individual ou nacional dos que desconheciam a América do Sul.

Com a sua sagacidade e o seu preparo especial, seria Rio Branco um notável diplomata em qualquer país do mundo. Mas o que o fez um grande brasileiro foi a oportunidade feliz em que se achou de pôr essas suas qualidades individuais em consonância com as necessidades do país e a serviço de seus legítimos interesses. Foi uma ventura para ele e ainda mais para o país, que o seu espírito estivesse amadurecido, no momento em que o Brasil encetava, sob os auspícios da República, um vôo mais largo, fitando horizontes mais amplos, e que, na curva da espiral que nos leva para o futuro, alguém o reconhecesse e o atraísse para a obra que ele tinha de realizar, porém de que se não poderia desempenhar cabalmente se não tivesse haurido na história do país a inteligência da alma nacional e o sentimento das suas virtudes.

O estudo da sua influência nos destinos do Brasil traria mais uma prova à verdade do princípio sociológico, que poderia ser assim formulado: – se os homens dependem do meio social, em que vivem, os indivíduos, por seu lado, são forças que atuam na evolução da coletividade; e, muitas vezes, essas forças se perdem por mal aproveitadas, no momento, ou por não se efetuar a conjunção no horizonte histórico do indivíduo e da sociedade que se desenvolve.

CARLOS DE LAET
(1847 —1927)
JORNALISTA, PROFESSOR E POETA

Na manhã de 10 de fevereiro de 1912 pairava enorme ansiedade sobre esta capital. Agonizava o Barão do Rio Branco. Parecia que, nada mais havendo a esperar, já devêramos todos estar conformados com o inevitável desfecho... Mas, não sei por que, uma insensata esperança se nos apegara ao espírito. No duelo entre a morte e o colosso, ainda se esperava uma prodigiosa vitória do lutador derrubado e arquejante.

De nossa casa, em Santa Tereza, olhava eu para a cidade que se me afigurava envolta em nimbo de tristeza, quando lentamente vi arvorar-se, a meio pau, a bandeira nacional no Palácio Monroe...

Tinha morrido o Barão do Rio Branco... e, momentos depois, como a repercussão do luto em terra, troava no mar o primeiro tiro pelo funeral do grande brasileiro.

Para os que, como eu, acreditam na superna direção das coisas humanas, Rio Branco foi um homem providencial. Nada ao princípio fazia adivinhar o que depois foi. Conheci-o boêmio, no bom sentido da expressão, e descuidoso de honras e até do próprio futuro. Seu pai, um dos mais brilhantes próceres do Segundo Império, fizera-o deputado-geral e redator de uma folha política: e ele nem falava nem escrevia. Motivos particulares induziam-no a retirar-se do Brasil e, cônsul em Liverpool, então foi que, na ausência da pátria, por ela se tomou daquela paixão imensa, inextinguível, de insuperável dedicação, suficiente para ocupar exclusiva uma existência e que foi o segredo de inauditos triunfos.

A predileção de Rio Branco para os estudos geográficos e históricos concernentes ao nosso país já se afirmara durante uma regência interina da cadeira de História do Brasil no Colégio de Pedro II. Na Europa mais se lhe acendrou essa especialização da atividade. Horas e horas consumia pesquisando um fato ou, debruçado sobre mapas, estudando uma fronteira. Nos trabalhos de Levasseur lê-se Rio Branco. Nas revistas e enciclopédias sentia-se o influxo do brasileiro bem informado e que discreto se escondia depois de ter escrito o artigo, ou mesmo a obra, sob o pretexto de ministrar informações. Um ótimo livro sobre D. Pedro II, de autoria do Sr. Mossé, desconfio, e com razão, que foi todo informado pelo Barão do Rio Branco.

Em circunstâncias normais esse homem teria ficado sempre um mero sabedor de geografia e história pátria. Mas tempo chegou em que todo o seu cabedal científico devia ser posto ao serviço da nação, e Rio Branco apareceu como o campeão brasileiro na questão das Missões. O Império preparara a solução do

pleito pelo arbitramento. Sobreveio a República, e pelo convênio Bocayuva-Zeballos fez de Salomão e mandou partir ao meio a criança disputada. Diferença, e grande, entre a decisão do rei sábio e a da República incipiente, é que, no caso das Missões, apesar dos gritos maternos, ficaria a criança definitivamente partida, se lhe não acudira o pai, que também tinha espada. A intervenção altamente patriótica do exército frustrou a planeada partição. Rio Branco, defensor do nosso direito, fê-lo valer perante o árbitro norteamericano. Foi a sua, foi a nossa assinalada vitória.

Ao norte outra contestação havia e também secular. Disputava-nos o francês o território do Amapá. Volveram-se todos os olhos para o vencedor das Missões. Que responsabilidade! Ele bizarramente não a rejeitou. Mais alguns meses e o contestado era nosso! Desde então por unânime aclamação dos povos, como rezava a fórmula monárquica – que constitucionalmente agora não se fala em Deus – desde então Rio Branco foi consagrado o máximo integrador do território nacional.

Devera, porém, ainda acrescentar-lhe o trecho do Acre, tão maior do que tantos estados europeus. A dificuldade, que se oferecia formidanda, teve esplêndida solução. Poujou-se o amor próprio da Bolívia. Evitou-se no cerne da América do Sul a intromissão de uma *chartered company*. Deu-se plena satisfação ao patriotismo brasileiro, que, duramente golpeado, se houvera de sentir pelo abandono da região já regada pelo nosso sangue... Até mesmo pelo lado financeiro nos foi vantajoso o Tratado de Petrópolis, porque em poucos anos nos ressarcia das despesas a que nos tinha obrigado... E então, sim, tendo gloriosa e pacificamente concluído a sua terceira campanha, Rio Branco podia morrer seguro do veredicto da posteridade.

A revolta dos dreadnoughts, em 1910, foi, para Rio Branco, um abalo tremendo. Sonhara ele um Brasil forte e capaz de, pela sua união e tranquila robustez, dominar os destinos desta parte sul do continente. Circunvagando os olhos pela baía ameaçada e pela capital prestes a padecer os horrores do fratricídio, o grande brasileiro teria, talvez, compreendido quão longe nos achávamos do seu ideal... Pinta-nos a legenda o Imperador dos Francos, Carlos Magno, melancólico, até verter lágrimas, ao contemplar, de uma das janelas do seu paço, as longas barcas dos piratas normandos em suas audazes incursões, pelos rios acima, demandando o coração da França. Os couraçados em revolta não eram menos ameaçadores e prenes de funestos presságios. Para mim tenho que o fúnebre episódio por muito entrou no declínio da já combalida saúde de Rio Branco...

Que ele tivesse defeitos ninguém o contesta. Eu mesmo, que pessoalmente o estimava, mais de uma vez, no uso do meu inauferível direito de crítica, censurei os processos sumários com que ele – austero, aliás, e imaculado no

manejo do dinheiro público – solicitava, procurava e autorizava extraordinárias despesas. Fácil, outrossim, na proteção, mais de uma vez a outorgou a pessoas menos dignas dela...

Mas que tem isso? De Richelieu, moribundo, conta-se que, exortado a se reconciliar com seus inimigos, respondeu que como tais não tinha tido senão os inimigos da França. A defesa de Rio Branco está em que, no próprio abuso do poder público, só visava a grandeza e a prosperidade da pátria.

Em seu leito de morte não lhe faltaram as supremas consolações da Igreja – dessa Igreja cuja solicitude junto do moribundo tantas vezes tem sido exprobrada, e que, contudo, ali apenas procura uma palavra, um gesto de arrependimento para sobre isto exercer o seu direito de perdoar. Rio Branco morreu e baixou à terra cristãmente.

É impossível sair perfeito o artefato modelado em argila humana. Felizes os vultos que, qual o de Rio Branco, têm na agigantada beleza das formas o quid divino dos bronzes históricos e dos mármorees imortais!

Rio, 28 de março de 1913.

PINTO DA ROCHA

(1864 —1930)

**MAGISTRADO, POLÍTICO, HISTORIADOR POLÍTICO, JORNALISTA, POETA,
DRAMATURGO E ESCRITOR**

“O Direito Internacional é uma utopia”; “o canhão é a *ultima ratio* entre as nações”.

Esses dois conceitos pessimistas ainda hoje andam e aparecem emparelhados em obras dos melhores e mais eminentes espíritos deste alvorecer de século.

E as guerras, que têm ensanguentado o Oriente e o Ocidente, o Velho Continente e o Novo Mundo, servem a esses altos engenhos de argumentos decisivos para demonstração daquelas duas teses desumanas e cruéis.

Não há muito, o eminente estadista da França, elevado à Presidência da República por entre louvores quase unânimes da sua pátria e com aplausos de todo o mundo civilizado, asseverava, na mensagem dirigida ao Parlamento, que “uma boa diplomacia somente poderá impor-se quando for apoiada pela força dos canhões”.

É uma fórmula menos rude vestindo o velho preconceito que faz da guerra a sanção do Direito Internacional; mas, se bem que atenuada, a rudez subsiste contra a opinião de autoridades superiores e contra a eloquência dos fatos que se impõem vigorosamente ao desalento dos negativistas.

Quando a política bismarckiana, esquecendo as lições da história, desprezando as exigências da moral e calcando as prescrições do direito, chamou ao domínio do Império Germânico o território das Ilhas Carolinas, que uma posse secular e insofismável, que uma ocupação permanente e indiscutível haviam incorporado ao patrimônio da soberania espanhola, a opinião nacional da pátria dos Cids ergueu o seu protesto altivo, fez sentir a grandeza do atentado, a insolência da injúria, não obstante a quase unanimidade da imprensa alemã aplaudindo o ato do chanceler e procurando justificá-lo pela necessidade da expansão imperial apoiada pela força incontrastável das armas germânicas.

O Chanceler de Ferro sentiu a gravidade do perigo e propôs ao Gabinete Espanhol a solução da pendência, pela arbitragem do Papa Leão XIII, deixando de parte a mediação oferecida pelo Rei Umberto. E o estadista sem coração que, em 1875, solicitara ao rei de Itália que negasse ao papa o direito de censurar os atos dos governos estrangeiros, reconhecia e saudava naquele momento a soberania do pontífice.

Quando o Vaticano proclamou os direitos seculares da Espanha ao arquipélago usurpado por Bismarck, o estadista do Báltico desprezou a força dos canhões e dos seus exércitos, aceitou a sentença do árbitro que não dispunha de espadas nem de couraçados e, recebendo a Grã-Cruz da Ordem de Cristo que a mão de cera do papa lhe colocava ao peito ao lado das insígnias da Águia Negra, afirmava solenemente que “para ser onipotente sobre o coração dos homens, a Igreja não tem necessidade de couraçados nem de exércitos gigantescos. O papa que encarna o mundo moral está acima de todas as forças humanas e o seu poder é ao mesmo tempo soberano e intangível”.

A diplomacia de Bismarck era, como entende Poincaré, apoiada pela força do mais formidável exército da Europa, e a diplomacia de Leão XIII tinha, tão somente a protegê-la, a grandeza inerme do direito, a austeridade da moral, a severidade da justiça e a incorruptibilidade da história!

Entretanto, o príncipe que levantara sobre as ruínas do Império Francês desmoronado pelos ciclones de Metz e de Sedan a unidade do Império Germânico, sob a hegemonia da Prússia, o chanceler “habitualmente tão desdenhoso pelas condecorações, depois desse incidente diplomático, tinha sempre o maior empenho em ostentar, publicamente, por ocasião das cerimônias e festas oficiais, a Cruz de Cristo, que a mão mirrada do pontífice lhe havia colocado ao peito”.

Essa vitória da diplomacia sem canhões, da moral inerme, da justiça isolada, contra a diplomacia armada, contra a política sem escrúpulos, contra as ambições imperialistas, é uma das mais eloquentes afirmações de que o Direito Internacional não é uma utopia, nem os canhões são a *ultima ratio*, a sanção suprema.

O Direito Internacional pode ser violado ou desconhecido, sacrificado aos interesses ou às paixões; mas nem por isso deixa de existir como princípio regulador das relações entre os povos e encontra, finalmente, a sua sanção nas represálias que experimentam, cedo ou tarde, aqueles que desprezam e sacrificam a severidade das leis internacionais. A guerra será sem dúvida e por muito tempo ainda o recurso extremo, mas se a arbitragem internacional puder alojar-se definitivamente entre os costumes dos Estados, as soluções violentas, que estão bem longe de assegurar sempre o triunfo do direito, serão evitadas, para bem geral da humanidade. E as nações confiando a uma terceira entidade, assim superiormente considerada pelos contendores, a decisão da pendência, deixarão de ser juízes nas suas próprias causas.

São poucos, por enquanto, os exemplos desta espécie, asseveram os pessimistas: mas seja qual for o número a significação é imensa; a sanção do Direito Internacional não é, não pode ser a força das armas; é a moral, é a

opinião pública, “todos os dias alimentada pelas mil vozes da imprensa e da tribuna, encarregando-se igualmente de vingar ou evitar as tentativas criminosas e preparando as soluções justas e imparciais”.

Funck Brentano e Sorel, no *Précis des Droits des Gens*, lembram muito judiciosamente que “as regras do Direito das Gentes podem ser perfeitamente comparadas com as leis da higiene”.

O homem, com o seu livre arbítrio, diz René Foignet, afasta-se das regras da higiene, mas se o fizer, a doença ou a morte podem atingi-lo, e esse receio obriga-o à observância fiel daquelas prescrições. Acontece o mesmo com o Direito das Gentes. Os Estados, no exercício da sua soberania, podem esquecê-lo ou desprezá-lo, mas se o fizerem, expor-se-ão às represálias de Estados mais poderosos ou às combinações dos outros Estados que se coliguem, tal como sucedeu com Luiz XIV e com Napoleão I, contra os quais, a dois séculos de intervalo, a Europa se coligou para reprimir os abusos que haviam cometido pela força, em prejuízo do Direito das Gentes.

A guerra não pode ser considerada como sanção do direito, porque, além de assegurar a vitória da força e não do direito, há ainda a considerar que, como todos os fatos que se desenrolam no decurso da vida das nações, a queixa é também regulada pelo Direito Internacional e vem experimentando a influência superior da civilização que tem nas prescrições do direito as suas mais belas e fecundas manifestações.

A guerra moderna é absolutamente diversa nos seus processos da guerra antiga, de há um século. Quem dita as leis da guerra moderna? O Direito Internacional: foi esta utopia que introduziu a Cruz Vermelha nos campos de batalha, que aboliu as balas explosivas, que reduziu a casos excepcionais e a pontos determinados a necessidade dos bombardeios. E para fechar a energia da argumentação bastará secundar o exemplo de alta moral, de alevantada dignidade que o Japão deu ao mundo, na guerra contra o Moscovita, fazendo acompanhar o seu exército em campanha e a sua esquadra em operações por dois professores de Direito Internacional das suas escolas superiores para que essa generosa utopia não sofresse violações da força no ardor das batalhas.

* * *

Toda a existência do Barão do Rio Branco foi consagrada à observância desse conceito profundo, brilhante e humano: a sanção do Direito Internacional não é guerra, é a moral, manifestando-se pelas correntes da opinião pública.

A escola a que pertenceram no Brasil os dois eminentes estadistas Barão de Cotegipe e Visconde de Rio Branco achou a sua razão de ser ao tempo em que o

Império e a dinastia tinham o propósito e a necessidade de se isolarem das Repúblicas vizinhas, para evitarem o contágio das idéias da democracia e a influência que, ainda mesmo à distância, exercia a poderosíssima e opulenta República anglo-saxônica da América do Norte.

De acordo com as exigências atuais da política externa, depois de integrado o Brasil no amplo regime republicano que constitui a atmosfera americana, o Barão do Rio Branco compreendeu, felizmente, que não podia continuar no isolamento da política imperial a nacionalidade fadada para exercer a hegemonia continental sulina, rompeu com as normas já anacrônicas, deu largas às expansões de seu espírito de liberal e formulou o vasto plano internacional que a memorável vitória sobre as pretensões argentinas, na célebre questão das Missões, tornou possível ao seu gênio político, à sua sagacidade de diplomata e à sua erudição de historiógrafo.

O chanceler eminente compreendeu que não podia ficar, como o Prometeu da lenda, amarrado ao cadeado constitucional, pelas correntes de uma pretensa indissolubilidade territorial que, segundo alguns, o pacto fundamental da República havia fixado com rematada imprudência, antes de saber positivamente até onde podia chegar a soberania brasileira, nas linhas divisórias que ninguém ainda havia determinado.

Diplomata sagaz, com a mais formidável responsabilidade política do continente, homem do seu século, servindo a sua pátria e não somente um regime, animado pela influência fecunda do espírito do tempo de que fala o sábio Bluntschli e que parece proteger a humanidade contra o despotismo permanente de uma força única ou de uma tendência exclusiva, o eminente brasileiro que dirigia a pasta das Relações Exteriores evoluiu com o tempo e pôde prestar, ao Brasil, uma série brilhante de serviços que valeu confirmação de que o Direito Internacional não é uma utopia, nem os canhões dos exércitos e das esquadras representam a *ultima ratio*, na decisão das contendas entre os Estados soberanos.

Nunca, durante a gestão do eminente Chanceler, o Brasil teve necessidade de recorrer às armas para amparar a sua diplomacia, para fazer valer as suas pretensões e ver coroado o seu direito pelas sucessivas vitórias que tanto nos têm enaltecido.

Nas Missões, o laudo de Cleveland, consagrando o direito brasileiro, deu aos admiradores da arbitragem um argumento poderoso contra a guerra; no Amapá, o laudo do Presidente da República Helvética, confirmando a majestade do direito brasileiro, fortaleceu a primeira decisão; na questão da Guiana, o laudo do rei da Itália, se não safou totalmente as reclamações brasileiras, foi, entretanto, o juízo sereno de Salomão e demonstrou, na parte cedida ao Brasil,

que para se fazer justiça e dirimir contendas entre soberanias litigantes, o Direito Internacional não necessita das couraças dos dreadnoughts nem da fuzilaria dos exércitos, porque, acima dos movimentos envolventes das grandes massas militares, estão as serenas conclusões da lógica e da razão para convencerem o espírito dos magistrados.

Essa série de triunfos jurídicos preparou a vitória direta da negociação entre os próprios litigantes na questão sobre as fronteiras da Bolívia e do Peru, sem que fossem perturbadas as relações de amizade que sempre haviam ligado as três nações lindeiras, antes, ao contrário, serenando o espírito e afastando a possibilidade de uma luta pelas armas, que já se fazia sentir inevitável e teria ensanguentado a história do Direito Internacional sul-americano, se outro fosse o palinuro das Relações Exteriores no Brasil.

E quando a opinião pública, americana e européia, depois de uma série tão grande e tão ruidosa de vitórias diplomáticas, tornara possível um movimento mais forte de justiça com o reconhecimento formal e espontâneo dos direitos de um ribeirinho, longo tempo contrariado pelo interesse do exclusivismo imperial e dinástico, viu o mundo absorto que a iniciativa liberal do Barão do Rio Branco, em homenagem à verdadeira doutrina jurídica, em homenagem às justas aspirações de um povo nobre e irmão, abriu mão de um privilégio secular e vexatório que estava na posse do Brasil desde tempos imemoriais, cedendo à República Oriental do Uruguai o condomínio da Lagoa Mirim e a livre navegação daquelas águas e do Rio Jaguarão, até então exclusivamente de propriedade brasileira.

E o Tratado de 30 de Outubro de 1909 aparece como o documento talvez mais belo, mais generoso e mais nobre que a política há já inspirado modernamente: – representa ele o reconhecimento, por um forte, do direito de um fraco, aliás consagrado pelo tempo, pelo *uti possidetis* e pela letra expressa de vários tratados, como indiscutível ao patrimônio da soberania brasileira.

Quando se realizou, na sala dos Cavalheiros em Haia, a grande solenidade da Segunda Conferência da Paz, nesse conclave das sumidades intelectuais, políticas e diplomáticas do mundo, o Barão do Rio Branco, obtendo do eminente Senador Rui Barbosa a aquiescência para nomeá-lo Embaixador do Brasil naquele vasto Concílio ecumênico das soberanias, rematou soberbamente a sua grande obra de solidariedade humana em favor da idéia generosa de contribuir para a grandeza real da ciência que Fiore tanto honrou, apagando definitivamente do espírito do século esse preconceito que faz do canhão a razão suprema, a força última, a sanção única do Direito Internacional.

Esses dois cérebros privilegiados conseguiram a convergência de todos os olhares sobre o Brasil republicano.

E quando a Conferência, que fora convocada para tratar das condições de estabilidade da paz, pretendia basear a composição do Tribunal Permanente de Arbitragem no poder militar das grandes potências, classificando os Estados e as soberanias pela quantidade de baionetas e pelo alcance da artilharia, a eloquência do embaixador brasileiro levantou a discussão da célebre tese da igualdade das soberanias e, num pleno acordo de vistas com o Barão do Rio Branco, o Brasil apareceu no conclave de Haia como advogado espontâneo, o paladino desinteressado das pequenas pátrias, que o orgulho das potências européias pretendia reduzir às míseras condições de servas da gleba, subordinadas à grandeza militar dos seus exércitos e das suas formidáveis esquadras.

Os dois grandes homens do Brasil, inspirados pela mesma doutrina superior, liberal e altruísta, venceram, sem armas e sem couraçados, a coligação das muralhas de aço, erguida, em pleno século XX, à altura de princípio regulador da vida e das relações internacionais.

Nem outro podia ser o procedimento de tais estadistas de uma República que inscreveu na sua Constituição política a obrigatoriedade do recurso à arbitragem para dirimir pendências, ao mesmo tempo que proíbe terminantemente a guerra de conquista.

E, assim, como consequência de doutrina tão liberal, coube ao eminente estadista a honra de celebrar o mais alto número de convenções dessa espécie, de modo que se colocasse no primeiro lugar entre os estadistas contemporâneos.

Durante a vida desse homem útil, durante a expansão dessa nobilíssima consciência de diplomata e de estadista, o Direito Internacional no Brasil deixou de ser a expressão exclusivista do egoísmo nacional para entrar na corrente altruísta da solidariedade humana, generosa e pura; passou do critério brutal da força como razão suprema ao critério luminoso da fraternidade como aspiração afetiva que se corporifica em realidades; e aquela pátria que, apenas há noventa anos, entrou para o grêmio das personalidades juridicamente soberanas, sob a inspiração delicada do diplomata, seu filho, teve a honra de ser, em plena eclosão triunfal de Mauser, Kropatchek, Mannlicher, Winchester, Maxim, Madsen, Bange, Armstrong e Krupp, a primeira entidade política do planeta que fez das imposições da moral a sanção do Direito Internacional, quando ainda ao alvorecer do século XX, a velha Europa, talvez por uma revivescência atávica do feudalismo, legislava para a guerra, no seio da Conferência da Paz!

Foi assim que esse verbo generoso e magnânimo, que desde 1900 era um cidadão benemérito da pátria, por unânime consagração do Congresso

Legislativo Nacional, ao entrar na sepultura para remontar à imortalidade, tinha conquistado indiscutivelmente o direito de ser considerado um benemérito da humanidade.

ESCRAGNOLLE DORIA

(1869 —1948)

PROFESSOR, ARQUIVISTA, COMPOSITOR, LIBRETISTA, PUBLICISTA, TRADUTOR, ESCRITOR E MEMBRO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

A SUA PRIMEIRA FUNÇÃO PÚBLICA: PROFESSOR DO COLÉGIO DE PEDRO II

Os homens mais célebres, no fastígio das honras, não esquecem o primeiro cargo que exerceram. Antes, voltam-se para a lembrança dele com especial ternura e particular carinho.

Napoleão, imperador e rei, empolgando o universo com as garras do gênio, recordava-se comovido do galão de tenente de artilharia.

Guardadas as proporções, Rio Branco devia considerar com saudade a função pública de estréia, o magistério no Pedro II.

Quando o iniciou, estava na hora em que a mocidade caminha risonha entre o futuro e a esperança, ambos a lhe alcatifarem os passos de promessas e desejos.

Tinha vinte e três anos. Mocinho, acadêmico, fora um pouco jornalista em São Paulo, onde estudara Direito, e no Recife, onde se formara em Ciências Jurídicas e Sociais.

Depois escrevera e imprimira três monografias de boa polpa histórica: os *Episódios da Guerra do Prata*, a *Biografia do Capitão de Fragata Barroso Pereira* e o *Esboço dos feitos do Barão de Serro Largo*.

Começava-lhe a despontar o amor pelas coisas do passado, sedimento da vida que desaparece, a simpatia pela tradição, por tudo quanto constitui o inestimável tesouro aberto das nações, por tudo quanto as faz resistir e progredir.

Em 1868, o jovem advogado Paranhos resolveu fixar-se na sociedade, nela numerando lugar com a marca do trabalho.

Cumpria encetar carreira onde empregasse os dias do presente, resguardando os do futuro.

Deu o primeiro passo na vida pública.

Estreou, com a nomeação de professor interino do Imperial Colégio de Pedro II, sendo designado para reger a cadeira de História e Corografia do Brasil.

O colégio, então como hoje, era dividido em duas seções, externato e internato. Dependia de duas magnas autoridades, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e do Inspetor-Geral da Instrução Pública, primária e secundária, do Município Neutro.

Paranhos, com o “placet” de ambas as autoridades, subiu à cadeira do instituto de ensino onde, poucos anos antes, alisara bancos como aluno que quase completara o curso do bacharelado em Letras. Assentando praça na reflexão, desde muito criança, Paranhos com certeza teve ensanchas de comparar e recordar, ao transpor como docente, os umbrais do colégio onde fora discípulo.

Era a 23 de abril de 1868.

O Brasil moía e remoía os dissabores da Guerra do Paraguai. Gastava dinheiro dependendo homens numa luta externa, longínqua, na qual a simples distância por si só era aliada do inimigo.

Generais e almirantes, soldados e marujos defendiam a bandeira nacional em trapejos, aos ventos dos recontros, aos puxões do perigo. Corria sangue, humana tinta vermelha tão tristemente empoçada nos campos de batalha.

O povo paraguaio, leonino e desditoso, aguentou o embate das três nações assanhadas por López.

As notícias da guerra eram recebidas com enorme entusiasmo ou com funda tristeza no Brasil inteiro, conforme o êxito feliz ou desditoso de nossas armas. Qualquer nova de grande vitória excitava delírio. Engalanava-se o Rio de Janeiro, o povo vinha à rua e a classe acadêmica, com os seus estandartes à frente, percorria a cidade debaixo de vivas e aplausos, ao som da música de alemães do Wehl.

Nesse ano de 1868, data da entrada de Paranhos para o Pedro II, como foi festejada a tomada de Humaitá! Até os simples alunos do Pedro II se associaram ao regozijo com as suas fardetas escuras de botões dourados, saudando com todo o povo brasileiro o jovem Ministro da Marinha, o Conselheiro Affonso Celso, que imenso contribuía para o grande feito.

Também até os seus últimos dias de vida Ouro Preto conservou desvanecimento particular dessa vitória de Humaitá, que costumava chamar com garbo justo: *a minha batalha*.

E, contudo, em nossos dias, na data de Humaitá, nenhum governante se lembra de mandar tocar alvorada na porta de Ouro Preto, enquanto as bandas de música se esbofavam no limiar de simples e decorativos figurões que da batalha tinham tomado... o cheiro!

Nesse momento crítico da história pátria, 1868, para ensiná-la desde os primórdios, ocupou Paranhos a cadeira de História Nacional, que devia professar alternando a disciplina com Corografia do Brasil.

Despachara-o uma penada da Secretaria do Império, a cuja testa se encontrava o Senador José Joaquim Fernandes Torres, ministro da pasta.

A cadeira pertencia ao catedrático Joaquim Manoel de Macedo. Dela se ausentara ao tomar assento na Assembléia Geral Legislativa, na qualidade de representante da província natal, a do Rio de Janeiro.

Quando o Macedinho desempenhava o mandato legislativo, outrora de poucos meses, com prorrogações breves e inteiramente gratuitas, cumpria dar-lhe um substituto.

Em abril de 1868 foi Paranhos.

Gozava então o Colégio de Pedro II de fama dilatada e de prestígio sólido. Ser bacharel da casa constituía excelente carta aberta de recomendação às academias e aos cargos públicos.

Aliás, a cópia e a excelência dos alunos do colégio explicavam de sobra tal fama e tal prestígio.

O colégio era partido em duas metades, o externato, na Rua Larga, à sombra da Igreja de São Joaquim, e o internato, na Rua de São Francisco Xavier, no centro da chácara do Mata.

Dois homens respeitáveis dirigiam o externato, de cuja costela o governo, um pouco à bíblica, extraíra o internato.

O reitor do externato, um médico, o Dr. Manoel Pacheco da Silva, tinha por assistente pedagógico o vice-reitor e docente do colégio, Monsenhor Felix Maria de Freitas Albuquerque.

À frente do internato duas batinas, a de Frei Santa Maria Amaral e a do Padre Sá e Benevides.

Exceto os do primeiro ano, os professores lecionavam nos dois estabelecimentos, em dias alternados, com ordenados parcos, muito parcos, e a

obrigação de transportar-se a São Francisco Xavier, transporte incômodo, moroso e caro.

Entrando em 1868 para o Pedro II, Paranhos foi sentar-se ao lado de mestres da véspera.

Bem o conhecia sem dúvida o Secretário José Manoel Garcia, alto, magro, muito alvo, de louros cabelos amanteigados, por alcunha o *Canário*. Homem de caráter, saber e reputação, prestou inoxidáveis serviços à causa da instrução, sobretudo da popular.

O Português, no limiar do primeiro ano, era ensinado por dois colegas de Paranhos, por Monsenhor Felix no externato e pelo Cônego Francisco Bernardino de Sousa, falecido em setembro do ano passado.

Serviam de livros de aula a *Gramática* de Cyrillo Dilermando, e o *Iris Classico* de José Feliciano de Castilho.

A cargo de Halbout ficava o Francês. Era aquele muito rigoroso e catador de erros. Não se amolecia a empenhos. Reprovava acerada, fria e impassivelmente qual o cutelo de guilhotina.

Queria as narrativas de Solon muito bem traduzidas, espanadas de asneiras. Exigia as regras da gramática de Sevène na ponta da língua, simbolizava a perfeição do conhecimento decorado pela extremidade daquela massa carnosa e flexível.

O Inglês ficava com o Dr. Felipe Motta de Azevedo Corrêa. Escreveu este uma gramática e nela os alunos empacavam, por irreverente que parece o verbo, como empacavam, já no guia de conversação de Clifton, já nos trechos mais famosos do *Vicar of Wakefield* ou do *Robinson Crusoe*.

Do Alemão se incumbira Bertholdo Goldsmith, tipo de sábio teuto, pausado, gutural e bom, às vezes em conflito com o Português, porém respeitável e respeitado, iniciador da meninada nas complicações hiperbatônicas do idioma germânico.

Na cadeira de Grego estava o Dr. Schiefler. Todos os dias lá vinha ele do Papa Couve, em Catumbi, para regar, a aoristos, os jovens escolares, guiando-os nos meandros da gramática de Burnouf ou na decifração das páginas de Heródoto e Xenofonte.

Três mestres ensinavam Latim: Gabriel de Medeiros Gomes, Antonio José de Sousa e Lucindo Pereira dos Passos. Destrinchavam *Tito Livio*, *Virgilio*, *Cicero* e *Horacio*.

Não se davam as epístolas cicerônicas, nem certas odes horácianas. Essas ostentavam calor licencioso no verso e, em compensação, se originavam na frescura das imagens. Eram supridas pela riqueza vocabular do *Magno Lexicon* e da gramática de Castro Lopes.

Do português para o latim se vertiam os trechos mais fáceis de Camões, Bernardes, Vieira e Fernão Mendes Pinto.

O Italiano, matéria facultada, tinha por docente o Dr. Luís Vicente de Simoni, médico, baixotinho, muito teatrólogo, homem de mérito e de grande coração, amigo de música, da qual a sua bela língua materna já é tão formoso exemplo.

José Ventura Boscoli metia a Matemática na cabeça dos meninos com auxílio dos compêndios do Conselheiro Ottoni. Era professor amável e amado, com um sotaque aportunado que lhe dava graça às falas.

Certa vez perguntou a um aluno: “se o senhor entrasse numa venda e aí fosse comprar quatro libras de manteiga, se as tivesse de pedir pelo sistema métrico, com que unidades as pediria?”

O aluno atrapalhado (Joaquim Nabuco) limitou-se a responder: “eu não entro em vendas, senhor doutor”.

O grupo eclesiástico de Frei Saturnino de Santa Clara Antunes de Abreu, o do Cônego Fernandes Pinheiro e de Sá e Benevides explicava Filosofia, Retórica e Ciências Naturais.

O primeiro contentou-se com a *Metafísica* de Barbe; o segundo recomendava para a Retórica as *Lições de Eloquência* de Freire de Carvalho e a leitura analítica da *História da Vida do Padre Francisco Xavier* do clássico Lucena e para a *Poética o Virgílio Brasileiro* de Odorico Mendes.

Sá e Benevides, por meio do Langlebert, desdobrava as maravilhas da Zoologia, da Botânica, da Mineralogia e da Geologia.

Expositor lúcido e inteligente, e mais tarde, quando bispo de Mariana, deveria lembrar-se das lições em que a palavra desconjuntava o corpo dos animais para mostrar aos meninos o que havia lá dentro, explicando os mistérios da Botânica, da semente ao fruto, ou classificando minerais, nossos duríssimos irmãos na família complexa da criação.

A Geografia tinha por docente o Dr. Pedro José de Abreu, autor de uma Geografia então muito em moda, a fazer viajar a rapaziada pelos oceanos e pelos mares, oh! pouco encapelados do atlas do Delamarche.

Cândido Pardal ensinava Desenho; Mathias Teixeira, Música; José Lourenço de Paiva, Dança, e o Alferes Pedro Guilherme Meyer, no Paraguai em 1868, lecionou Cultura Física, impelindo os meninos *às sereias...* do pátio de ginástica.

Para completar o quadro das figuras docentes da época no Imperial Colégio faltam apenas os professores de História, colegas de Paranhos.

Moreira de Azevedo e Tautphoeus expunham a História Universal. Macedo, substituído por Paranhos, dissertava sobre a Corografia e a História pátrias.

Os livros de aula na cadeira de História Universal cifraram-se no manual francês, e, por sinal, bem desenvolvido, do *baccalauréat ès lettres* e “no resumo de História Contemporânea de 1815 a 1865 por um professor”.

Macedo adotou o seu compêndio de História do Brasil, repleto de quadros sinópticos, e a Corografia do Senador Pompeu, livros pelos quais Paranhos teve de lecionar.

O quadro pedagógico da época não ficará perfeito e acabado se não mencionarmos alguns modestos e profícuos repetidores do internato, encarregados de explicar de véspera as lições do dia seguinte.

Eram: Thomás Alves Nogueira para o Latim e o Grego; o Dr. Oliveira Guimarães para a Matemática; o Dr. Pedro Affonso Franco, atual Barão de Pedro Affonso, para Francês e Inglês; Torres Tupaberaba para Ciências Naturais e, finalmente, para Latim Augusto Antonio Emilio do Couto Milagres de Lafayette e Castro, nome, cujo portador, como latinista, podia sem injustiça ou exagero chamar de sesquipedal.

O Tupaberaba era um gaiatão, que fazia rir os meninos, explicando-lhes às vezes a História Natural com grande sem cerimônia...

Tinha muita veia cômica; escreveu o engraçado romancete *Um sarau em casa do Sr. Frufru*, à maneira de Paulo de Kock. Costumava transportar-se ao desempenho de suas funções pedagógicas numa besta que acudia ao nome arcaico de Pompéia. Lá ia Tupaberaba cochilando na sela, até que a besta o depunha no sítio onde devia ir.

De uma feita o cochilo era quase sono e o cavaleiro, ao chegar em casa, bateu com a testa no umbral da própria porta, a um tranco mais brusco, na chegada da Pompéia, passando, como bom professor de Ciências Naturais, da besta ao *galo*.

Paranhos, interino de História e Corografia do Brasil, tinha de estar em contato com todo esse batalhão pedagógico formado em frente da incessante vigilância do Imperador, que não perdoava a professor relapso ou pernicioso aos alunos.

Nas segundas, quartas e sextas, no internato, e nos dias opostos, no externato, lá estava Paranhos dando aula de nove às onze da manhã.

As matérias que lecionava pertenciam ambas ao último ano do curso, ao sétimo ano.

As turmas de bacharelados nas duas seções de Pedro II foram muito reduzidas em 1868, ano do magistério de Paranhos.

Matricularam-se cinco alunos no externato e cinco no internato, total dez. Desses dez saíram dois do externato e um do internato, ficando apenas sete bacharelados, que receberam o respectivo grau, prêmio de um septenato de esforço, quando Paranhos já não figurava mais no quadro docente de Pedro II.

Em 1868, o externato deu os seguintes bacharéis em Letras, ex-alunos de Paranhos: João Antônio de Oliveira Magioli, médico; Manoel de Mello Braga, médico militar; e José Pedro da Silva Maia, que depois regeu a cadeira de Literatura e serviu na Secretaria da Guerra.

No internato se bacharelaram: João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho, o bem conhecido romanista, glória do direito pátrio; Carlos Luís Santos, alto funcionário do Museu Nacional e docente de Ciências Naturais no colégio; Constantino Ferreira Leal, médico, e Antero Aprigio Gonçalves Negreiros, falecido muito moço como doutorando de Medicina.

Todos esses moços ouviram as lições de Paranhos.

Professor do colégio a 23 de abril de 1868, exonerou-se a 18 de julho do mesmo ano. Exerceu funções docentes por espaço de um trimestre incompleto.

No fim de 68, aceitou a Promotoria Pública de Nova Friburgo. Nessa terra de montanhas e de frio, Paranhos não esquentou lugar.

O borboletear dos destinos ainda o tinha de fazer andar muito.

JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS

(1870 — 1934)

ENGENHEIRO, GEÓLOGO E POLÍTICO

Nenhum dos homens de Estado brasileiros possuiu no ambiente nacional, por prazo tão longo, influxo dominador, sereno e indiscutido, que se houvesse aproximado do que exerceu o segundo Rio Branco.

Certo, antes dele, haviam culminado no conceito público numerosos patrícios nossos, alguns dos quais dignos do mais alto destaque no cenário das mais cultas e exigentes nações.

Os homens da Independência, os da Regência, Honório Hermeto, Eusébio, Uruguai, o Visconde do Rio Branco, Caxias, Cotegipe, Saraiva, Afonso Celso – para só falar nos que se foram – haviam experimentado a sorte vária da fortuna política, e, por longos serviços prestados, merecido a estima, a veneração, o reconhecimento da pátria.

Era, entretanto, um sentimento menos íntimo; uma gratidão menos espontânea e mais meditada; fenômeno psíquico mais cerebral do que profundamente afetivo. E de duração menos prolongada, apesar da permanência das altas situações oficiais a que tinham chegado esses brasileiros ilustres.

Eram vultos que se tinham formado e distinguido em porfiadas lutas. Em torno deles, nas batalhas parlamentares, nas refregas eleitorais, nas consultas à vontade do país, um estado-maior se havia congregado, uma família partidária, no sentido latino da velha palavra, uma clientela que exalçava seu chefe. Constituíam a “gente” desse ou daquele prócer, lembrando a *gens* romana. Enastravam de louros as grandes individualidades que serviam, entoando loas às suas virtudes e a seus méritos. E a História lhes consagrou a justiça da ação.

Nada semelhante, porém, é o caso do Barão do Rio Branco. Não lhe faltara, é certo, nos primeiros anos de sua vida pública, esse contato com o elemento popular, nem o exemplo, ou o conselho, dos responsáveis pelas mais graves deliberações de nossa existência nacional. Antes estivera nas melhores condições para ir exercitando suas excepcionais qualidades de observador e de homem de ação.

Frequentavam a casa paterna os primeiros entre os brasileiros da época. Ali reinava atmosfera da mais alta intelectualidade. A presença da futura Viscondessa do Rio Branco não permitia descambarem discussões e divergências para a violência do vozerio de praça pública. Nesses salões, que não eram excepcionais durante o Segundo Reinado, aprendiam-se a cortesia, o

respeito às opiniões alheias, as maneiras de apurado tom, que o Barão conservou até o último momento, nele constituíam segunda natureza e tanto prendiam a quem com ele tratava.

Superioridade elementar em meios outros que o nosso, meios nos quais se exige a polidez como condição essencial do convívio.

Da República, em França, se pode dizer que *elle a tué les salons*, e assim extinguiu um dos mais poderosos fatores da cultura nesse grande país.

No Brasil a observação forasteira tem sua contra-prova.

Regime em que pompeiam os *parvenus*, paraíso dos “arrivistas”, o paradoxo igualitário não tolera preeminências. Toda superioridade deve começar por se fazer perdoar. E por não compreenderem, ou não poderem atingir, o grau de elevação traduzido no apuro dos costumes, preferem negar-lhe a valia.

Concepção simplista e democraticamente niveladora... para baixo.

Em debate cortês, estudavam-se e solviam-se os problemas mais altos da política brasileira, nas conferências, em que tamanho destaque tinha a figura imponente do Conselheiro Paranhos. Boa escola para quem quisesse penetrar o sentido íntimo do que seja servir a pátria, sacrificar tudo ao interesse coletivo, colocar o Brasil acima de quaisquer controvérsias subalternas, agir não só para atender às necessidades presentes mas, ainda mais, em vista do futuro que à nossa terra descortinava o grande espírito desses homens de escol.

Dessas lições se lembraria mais tarde o atento e filial discípulo. Já velho, ocupando no governo posição sem par, dirigindo a política internacional do Brasil, inspirando, por vezes, a do continente, havia de comprometer a própria fortuna, e com sua fazenda custearia serviços públicos, insuficientemente dotados, para que não sofresse o interesse nacional.

Predisposição hereditária; ambiente, moral e intelectual, em que se desenvolvia a lição de patriotismo e de ciência de governo – o ponto de vista do estadista, em suma – iam permitir amadurecessem e se disciplinassem as qualidades inatas do futuro chanceler.

Chamado a colaborar na obra de Paranhos, a Missão do Prata, a Câmara dos Deputados ia pôr à prova o valor do jovem diplomata e do homem público.

Problemas, qual mais grave, amontoavam-se ante o Chefe da Missão de 1869-1871, e, depois, ante o Presidente do Conselho do Gabinete 7 de Março.

A complicadíssima situação no Rio da Prata, consecutiva à guerra da Tríplice Aliança, alvo de apaixonados debates nas câmaras brasileiras, a entorpecerem a ação prudente e enérgica do negociador. As imensas dificuldades internacionais decorrentes do conflito com o Paraguai. A liquidação do passivo da luta. As crises sofridas na economia nacional. A abolição gradativa do cativo pelo ventre. A controvérsia pelo predomínio, em regime unitário, entre a Igreja e o Estado.

Período notável de nossa história, no qual os maiores talentos, as mais brilhantes individualidades pelejaram na arena. Eclosão intelectual, que daria novo impulso à corrente liberal e fundaria o grêmio republicano, ao qual o futuro reservava a vitória.

Na Assembléia Legislativa, na imprensa, nas conferências políticas, nenhum auxiliar mais inteligente, perspicaz e extremoso teve o Visconde do Rio Branco do que seu filho. Alargavam-se para este os horizontes partidários, alcançando já a visão superior dos fatos, acima dos partidos, quando entrou, definitivamente, para a carreira consular.

É geralmente exato o aforisma de que, se o caráter se forma na multidão, a solidão apura a inteligência.

Experimentou-lhe a verdade o novo cônsul em Liverpool. No torvelinho das ocupações políticas, não lhe sobrava, no Rio, tempo para adquirir, assimilar, consolidar e infundir vida ao fardo manancial de informações, novas ou renovadas, que trouxe à luz do dia, nesses formidáveis repositórios de ciência histórica, geográfica, política, econômica, em que se baseou a defesa nossa nas discussões de Washington e de Berna; além dos subsídios ministrados a outros investigadores, sempre com o mesmo fito – a divulgação do que é, do que pode ser o Brasil –, *ubique patriae memor*.

Nos meios estrangeiros, aumentou seu cabedal de conhecimentos, aprimorou sua visão, julgou os fatos com serenidade maior, adotou por metro valores novos. Em seu espírito, retrocedeu o partido; cresceu o Brasil.

Quando, indicado naturalmente pela notoriedade de seu saber especial das questões lindeiras, sucedeu a Aguiar de Andrade para defender nosso direito às Missões junto ao Presidente Cleveland, e, mais tarde, vencedor em 1895, teve de arcar com a nova responsabilidade de lutar contra a França pela conservação da Guiana Brasileira; no espírito público estava quase obliterada a lembrança da primeira fase da vida do Barão do Rio Branco.

Permanecia em pleno fulgor a coroa imarcescível dos dois grandes triunfos junto aos árbitros das seculares controvérsias de fronteiras.

* * *

Seis lustros, quase, durou sua ausência, com raras e rápidas voltas ao Brasil.

Chamado a gerir a Pasta do Exterior, desse conjunto de antecedentes resultava para o novo ministro uma situação difícil, quer quanto ao aspecto da faina diplomática, tão diversa do que havia sido durante o regime imperial, quer quanto à sua própria personalidade, em suas linhas essenciais, no trato com a opinião, com seus subordinados e com o elemento intelectual do país.

Em páginas de grande e pungente beleza, poetas têm caracterizado o tormento daqueles que, por ascenderem a esferas defesas ao comum dos homens, perdem o direito de sentir, de viver, de repousar como os demais; isolados em sua grandeza, em meio da turba que os cerca.

Vitórias e triunfos há que envolvem e supliciam destarte a seus heróis, obrigando-os a ter o extraordinário, o supra-humano como norma corrente da existência.

Ao vencedor dos dois laudos arbitrais, não permitiria o público brasileiro ter instantes de desfalecimento, fases de fraqueza humana. Em uma época de epopéias em edição minúscula, mal se compreenderia que o grande conquistador da aquiescência do próprio adversário à conservação do nosso território, outrora contestado a Sul e a Norte; mal se compreenderia vivesse a vida medíocre dos funcionários simplesmente assíduos, corretos no desempenho de deveres profissionais, inteligentes e atilados, mesmo, no destrinçar casos mais complicados. Uma auréola circundava o triunfador. Como ocultá-la, e fazer aceitar ao público, crítico impiedoso, a penumbra do viver quotidiano?

A simplicidade de costumes, a modéstia invencível, os hábitos de trabalho, o retiro no gabinete escondido em um recanto das matas de Petrópolis, e, principalmente, o fluido cordial que emanava do eminente brasileiro e lhe grangeava, em todos os níveis sociais, dedicações e simpatias, salvaram-no dessa dificuldade.

Chegava Rio Branco à capital da República como em uma cidade estranha.

Dos amigos de mocidade, dos companheiros de lutas, dos guias de sua atividade, ficara separado pelo lutuoso perpassar do tempo. Não decorrem trinta anos, sem povoar de túmulos a existência e o coração dos sobreviventes. Os que haviam confraternizado nas campanhas do Ministério de 7 de Março tinham desaparecido quase todos. A mudança de regime político alheara dos fatos contemporâneos as grandes figuras dominadoras dos embates partidários do Império.

Era esta situação uma força e uma dor.

Dor, do vácuo feito pela morte em torno de si. Ermo desolado e áspero dos cimios inatingidos. Impossibilidade de restabelecer, com amigos seguros, o afetuoso, íntimo comércio de épocas idas.

Força, de dominar sem contraste, de ser chefe, de não ter em derredor senão auxiliares, colaboradores à sua feição, executores inteligentes de um pensamento superior, e não outros dirigentes, depositários de poder, ou de influxo igual ao seu. Sim, força. Mas responsabilidade acrescida, também. Dela nunca desertam os fortes.

Na Secretaria de Estado se encontravam sérios obstáculos a uma boa gestão dos negócios.

Herdeira e continuadora fiel das grandes tradições diplomáticas da Monarquia, não lhe havia a República liberalizado meios de agir.

Pessoal insuficiente, inferior em número ao que fora cinquenta anos atrás, obrigado a multiplicar esforços para não deixar periclitarem interesses nacionais elevadíssimos, ante o crescimento normal das relações com os outros povos. Mas o desempenho quantitativo da tarefa sofreria fatalmente na qualidade e na minúcia da obra efetuada. Confusão de misteres, ao demais. Déficit qualitativo, portanto, pois a resistência humana tem limites.

Arquivo e biblioteca conservados com cuidado, não tinham, entretanto, o desenvolvimento preciso. Mais exatamente, viviam em estado de hibernação, de vida latente, em vez de serem fonte perene de esforços colaboradores na faina imensa que se desdobraria e mais avultará para o futuro, ante o Ministério das Relações Exteriores. Sobrava boa vontade, mas escasseavam outros elementos.

Ficara, igualmente, por demais centralizada a orientação dos negócios na pessoa do Diretor-Geral.

Durante o Império, o grupo de conselheiros autorizados em assuntos internacionais não era pequeno. No Conselho de Estado encontravam-se os autores da política seguida, encanecidos nesse labor, conhecedores de todas as negociações, os guardas dos rumos inicialmente traçados, modificadores prudentes das mesmas normas.

A deliberação política sobre as ocorrências supervenientes, sobre as iniciativas a tomar, os problemas a solver, tinham nessa assembléia seus especialistas e seus homens de Estado. A continuidade e a elevação progressiva da política

internacional do Brasil, ali encontravam seus grandes elementos de ação. Pensamento e prática reunidos. Execução assegurada.

A República havia destruído, impensadamente, esse instrumento de valor inapreciável. Ainda hoje, suas consultas nos guiam. Quão melhor, entretanto, fora sua ação, mais viva e enérgica, se se houvera conservado a instituição.

Todas as suas funções desaparecidas foram concentrar-se nas mãos do Diretor-Geral do Ministério.

Por maior valia a sua, era sempre uma opinião única, individual, com o coeficiente de erro pessoal, ao invés da norma deliberada coletivamente, com a conseqüente correção do erro pessoal, pelo consenso de pareceres de homens como D. Pedro II, Uruguai, o Visconde do Rio Branco, Cotegipe, Saraiva e tantos outros.

Ao gerir as Relações Exteriores um ministro capaz, com idéias próprias, seguindo rumo de antemão assentado, era fácil prever discordância de orientações entre chefes e seus subordinados imediatos. Já o fato se dera com o Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho. Renovou-se em 1903.

Os narradores da crônica íntima do Itamaraty talvez um dia forneçam detalhes de uma divergência, não de pessoas – que estas eram, de longa data, afetosamente ligadas – mas de processo, de conceitos, de descortino político, de visão das coisas americanas.

De há muito, era o benemérito Visconde de Cabo Frio representante da tradição do velho Ministério de Estrangeiros, com todo o largo prestígio decorrente do alto valor desse funcionário, de sua diuturna prática, durante meio século, quase, no meneio dos negócios internacionais; egéria verdadeira, e ministro de fato durante a fugaz estada dos numerosos transeuntes que atravessaram as salas do antigo Palacete da Glória, e, depois, as do Itamaraty.

Tinham, uma após outra, esvaecido essas sombras, e o venerando Joaquim Thomás do Amaral permanecera, levemente sarcástico, perspicaz, sem ilusões e profundamente dedicado ao serviço do Ministério.

A um desses itinerantes, que, ao empossar-se, declarara ao ilustre Diretor-Geral ter por programa instituir novas regras para a política internacional do Brasil, e fazer *tabula rasa* das errôneas diretrizes anteriores, respondia sorridente e superiormente irônico o Visconde: “Perfeitamente, Excelência. Por onde começaremos a renovação?” – e deixava-o entregue a seus recursos próprios, sem poder deslindar as questões. Dias depois, solicitado seu concurso, trazia-lhe

as soluções, traçadas, como cortês e perversamente fazia sentir, “na tradição invariável do Ministério de Estrangeiros”.

Essa a força, esse o ponto vulnerável do eminente homem público. Absorvente, por índole, por método de trabalho e por sua situação única e excepcional; conservador da doutrina herdada; zelava até seus pontos discutíveis e os exalçava ao mesmo nível da lição inatacável.

Mudara o cenário político. Meio século havia transcorrido sobre as relações do Brasil com as demais nações. Interdependências novas haviam sido criadas. Fatores tinham evoluído, outros surgido. Mas Cabo Frio não variara, e seu grande espírito, respeitável entre quantos mais o foram, regia a orquestra da diplomacia nacional segundo o mesmo cânon imutável.

Nessa atmosfera havia morrinha de estufa. Cumpria e urgia trazer ao ambiente mais luz e ares menos respirados.

Rio Branco abriu essa janela para o mundo moderno, a fim de restabelecer a nitidez da visão política.

Nunca lhe faltou o auxílio dedicado e leal do velho diplomata. Sempre lhe esteve ao lado a amizade segura e inquebrantável do emérito Visconde. Talvez fosse menos constante a aprovação do antigo conselheiro perpétuo do Ministério aos rasgos do novo Chanceler, que abria rumos novos à vida internacional da nossa terra.

Dois homens, amigos e profundamente respeitosos um do outro, cada qual sinceramente empenhado em tributar a seu companheiro as homenagens justificadas por um acervo de imensos serviços. Dois sistemas, dois conceitos divergentes: o passado de um lado; o futuro, filho de nossa história, do outro.

E a divergência nos processos tinha por epílogo a conciliação dos dois altos representantes de métodos diversos em um ideal comum de grandeza para nossa pátria.

A situação política era outro motivo de apreensões fundadas. Na ordem interna, após as enérgicas e patrióticas presidências de Prudente de Moraes e de Campos Salles, havia melhorado o ambiente. A pacificação do Brasil era um fato. A reorganização financeira estava cicatrizando feridas vindas do encilhamento e das guerras civis. Mas a repercussão moral desses oito anos de desastres, de 1890 a 1897, havia ecoado dentro e fora do país. Finanças avariadas, esse fenômeno de nossa economia interior diminuía-nos o prestígio nas possíveis negociações com o estrangeiro, quer financeiras, quer políticas.

A desordem reinante, ameaçando bens e vida de nacionais e forasteiros, violando princípios elementares de civilização e de cultura, aumentara a desconfiança para com uma nação onde o direito era uma ficção, uma burla o respeito às noções essenciais garantidoras da existência coletiva.

E assim, nossos males internos novamente precipitavam-nos, no conceito dos demais governos, nos níveis inferiores da *comitas gentium*, donde a Monarquia nos havia tirado, ia para mais de meio século.

Ao proclamar-se a República, já estava feito o deslinde territorial nosso com Uruguai, Peru, Venezuela, Bolívia e Paraguai. Acabava de ser celebrado, em Buenos Aires, em 7 de setembro de 1889, o tratado com a Argentina submetendo ao Presidente dos Estados Unidos a controvérsia sobre as Missões. Com a França reabrir-se, no ano anterior, a troca de vistas sobre o contestado guianense. Com a Inglaterra arrastava-se, morosa e confusa, a discussão sobre os Campos de Pirara.

Mantínhamos íntegro o ponto de vista herdado da diplomacia portuguesa: o *uti possidetis*, como título primordial de domínio, em falta do direito convencional; o reconhecimento da soberania do Estado sobre as terras por ele ocupadas, e até onde se estende a efetiva ocupação.

Diante da nossa argumentação surgiam pontos de vista outros. Títulos unilaterais, como as *Cédulas Reales* invocadas pelas nações confrontantes de origem espanhola, cujas divisas próprias constavam da *Recopilación de Indias*; hábil como ato do soberano único, o Rei de Espanha, para traçar limites administrativos entre suas províncias ultramarinas; inválida, porém, para discriminar territórios com outra soberania fronteiriça, Portugal, adstrita a criações legais diferentes.

Obscuros debates históricos e geográficos travavam-se com a França e a Inglaterra.

Nos primeiros momentos após a queda do Império, chegavam ao Governo Provisório, vindos das legações, informes de dificuldades não pequenas no reconhecimento da nova forma política pelas nações amigas. Oposição de algumas; receio de animar propagandas igualitárias ou de provocar o surto de sentimentos antidinásticos; impossibilidade de avaliar se houvera adesão popular ao movimento de 15 de novembro; todos esses motivos, alegados aos nossos representantes pelas chancelarias estrangeiras, faziam prever negociações laboriosas para admitir a nova República a tratar oficialmente com os demais governos.

Essas circunstâncias, talvez exageradamente apreciadas pela ditadura, levaram esta à assinatura do tratado de Montevideu, para a solução consensual do contestado argentino-brasileiro. Esperava, assim, provocar a solidariedade sul-americana no reconhecimento das novas instituições, a estas grangeando, destarte, o largo apoio moral do continente inteiro.

Foi um erro. O tratado em nada influiu na formação desse ambiente, que se estabeleceu espontaneamente. Erro diplomático, como provou o laudo de Grover Cleveland. Mas, principalmente, erro político, porque, não lhe podendo dar assentimento o Congresso Nacional, a conselho do próprio negociador, ficou um fator deletério no meio internacional: a impressão de que se iniciava nas relações exteriores nossas um período de hesitações, de flutuação nos rumos seguidos, de incertezas no pactuar.

Coincidira a rejeição com a série de dificuldades internas, já citadas. O descalabro financeiro evidente, as lutas pelo preenchimento da primeira presidência constitucional; grave embate entre o espírito exclusivamente civil, que aspirava a colocar Prudente de Moraes na *curul suprema*, e o espírito político, que, reconhecendo em Deodoro o grande fator decisivo na proclamação da República, não podia permitir se negassem tais serviços e, por isso, o elegeu para a primeira magistratura legal do país. Rancores de natureza variada, que culminariam com o 3 de novembro. Pródromos da derrubada de situações estaduais, consecutiva à restauração da legalidade em 23 de novembro de 1891.

O Brasil, vindo da paz do Império para a agitação de certas repúblicas americanas, baixara de nível como valor internacional.

Começavam as guerras civis. Das deposições dos governadores aos combates contra o federalismo, no Sul, e à revolta da esquadra, mais três anos haviam decorrido, de sangue e de luto. Mais se atufava no descrédito o nosso país. Processos postos em prática; doutrinas invocadas; tudo justificava o descaso com que era tratado pelas potências estrangeiras. Dias sombrios, esses.

Na opinião da assembléia dos povos, já não éramos o modelo sul-americano. Confundiam-nos com os governos mais barbarizados pela endemia revolucionária em estado agudo. E nesse desconceito se baseavam as menos cortesias tentativas de discussão, e, mesmo, atos de positivo desrespeito à soberania nossa.

À experiência e ao saber do Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho coube iniciar, e quase pôr termo à liquidação desse terrível legado de um quinquênio de catástrofes. Embora mais uns três anos houvesse de grandes complicações, muitas delas internacionais, de sua passagem pelo Ministério das Relações

Exteriores data o começo da convalescença para o Brasil da precária situação em que se encontrara perante os demais governos.

Quão tímido, entretanto, era o escopo: apenas o desejo de não ser tido como nação anarquizada, sim como entidade digna de figurar entre aquelas com as quais é lícito tratar, sem receios de eternas discussões ou voltas para trás.

Réstias de luz nesse longo processo de reabilitação nacional, brilham as duas vitórias de Washington e de Berna, em 1895 e 1900. E como nada mais do que o sucesso provoca novos sucessos, começaram a surgir apelos ao nosso governo, bem pouco importantes a princípio, para intervir com sua autoridade moral em assuntos continentais.

Sobre o Brasil já pairava, majestoso, símbolo de triunfo, o nome de Rio Branco. Continuava em Berlim, afastado da pátria, sobre a qual novos obstáculos se acumulavam, impedindo a reparação dos desastres sofridos.

Durante todo o quadriênio Campos Sales, pode-se dizer, dominou o problema da fronteira boliviana nas cogitações do Itamaraty.

Nuvens espessas carregavam o horizonte internacional nessa região. Erguia-se, ali, a ameaça, possivelmente temerosa, de embaraços sérios, pela existência, no coração da América, de um sindicato anglo-americano, cujos interesses não seriam desamparados pelos Estados Unidos: o *Bolivian-Syndicate*. A este a Bolívia concedera poderes equivalentes, quase, à cessão da própria soberania, e em uma zona litigiosa entre as duas nações.

Em hora de inspiração patriótica, exigiu o Presidente Rodrigues Alves a colaboração em seu governo do egrégio Ministro do Brasil junto ao Império Alemão.

Constrangido a aceitar, desde logo se lhe evidenciou, como a todos os espíritos imparciais, que o problema internacional brasileiro era essencialmente, e acima de quaisquer considerações outras, político.

Cumpria restituir à nossa terra sua posição primitiva no concerto americano; fazer desaparecer a prevenção oriunda das desordens de sua política interna; torná-la fator indispensável da paz do continente; serenar o ambiente ameaçador já formado, e que já tinha feito correr sangue nas nascentes do Juruá, do Purus e nos afluentes do Madeira; fechar seu perímetro divisório; reconquistar o prestígio combalido por dez anos de anarquia sempre renascente, de desmoronamento financeiro, de flutuação nos rumos seguidos.

Por esse preço tão somente, poderíamos agir eficazmente, com serenidade e valia, em prol da paz sul-americana, em favor do desenvolvimento progressivo próprio e do alheio.

Pesar todos os seus esforços por fugir ao honroso chamado de Rodrigues Alves, assumiu Rio Branco, em 3 de dezembro de 1902, a gestão de sua pasta.

A vastidão do empreendimento era de natureza que inspirava hesitação aos mais afoitos. Maior responsabilidade ainda para quem vinha precedido da fama das vitórias que tivera, não lhe sendo lícito, sem decair, ficar apenas no mesmo nível dos antecessores mais aquinhoados pelo sucesso.

Ao novo ministro só se admitiria distanciar a quantos o haviam precedido.

Ora, a opinião pública o recebera com grande simpatia, mas, sem se pronunciar, guardava atitude expectante sobre o que se imaginava serem seus planos de governo. Dúplice escolha.

Refletiam ainda que, nos longos anos passados na Europa e na América, havia Rio Branco especializado seus conhecimentos, origem de grandes triunfos em pleitos especialíssimos. Teria igualmente preparado o espírito para solver problemas governamentais, pendências diplomáticas, debates internacionais?

E o receio, não formulado, talvez confusamente sentido apenas, era que a tecnicidade quanto ao material de trabalho e aos processos mentais houvesse prejudicado, ou, pelo menos, feito recuar para plano inferior essas qualidades primordiais de visão de conjunto, imprescindível nas funções de mando supremo.

Para saber governar, ou comandar, é, de fato, indispensável que a minúcia, o pendor analítico, o espírito de detalhe se hajam transformado em uma vasta capacidade sintética. Cumpra-se manifeste a faculdade de estabelecer a perspectiva integral, a restituição dos planos peculiares a cada grupo de cogitações, em seu lugar próprio.

Como em um vasto problema, para cujo formular venha afetado cada grupo de fenômenos de coeficiente próprio, representativo de seu influxo específico no conjunto dos fatos; assim também, no cérebro de um chefe, digno do nome, devem desaparecer predileções, estudos preferenciais dessa ou daquela particularidade do assunto global, para ser adotado somente o valor relativo de cada parcela, e, integrando-as, resolver-se o caso do ponto de vista complexo. Ato de vontade, no qual é mister olvidar feições restritas, pôr de lado processos melhores para casos solteiros, e somente refletir na soma dos aspectos manifestados, considerando-os como uma unidade lógica.

Nem sempre é aceitável o resultado melhor para cada fração do assunto inquirido: é, antes, a solução mais conveniente a essa mesma indagação, em seu âmbito inteiro. E muita vez acontece que, por incompatível a simultaneidade de elementos *optima* no deslinde de cada subdivisão, o alvitre final não traduz a soma das melhores decisões particulares.

É esse sacrifício de valores relativos que se pode pedir a um chefe, que este espontaneamente efetua, e que o espírito unilateral, particularista do técnico nem sempre pode resolver-se a fazer.

O primeiro é o ponto de vista, o ângulo de visão do especialista. O segundo, infinitamente mais raro, do homem de Estado.

E esse era o temor – sentido, mais do que expresso; flutuante no inconsciente mais do que delineado com silhueta precisa na alma nacional – que se traduzia no gesto de reserva, profundamente simpática, é certo, mas ainda assim de reserva, ao assumir Rio Branco a direção das Relações Exteriores.

Viria a ser um estadista o integrador do território pátrio, dentro em breve o conquistador pacífico de uma nova província na alta bacia do Acre, do Purus e do Juruá? Essa a indagação não formulada do público brasileiro.

* * *

Permitiam-lhe as condições especiais em que ia tomar conta de seu Ministério agir com plena independência de coração, sem que o pudessem acusar de menospreço ou de ingratidão.

Nenhum liame o prendia aos agrupamentos partidários do país. Pensava ele que o que estava feito, feito estava. Cumpria melhorá-lo e progredir, nunca retroceder a formas políticas definitivamente abolidas. Na mais sincera e nobre significação do termo, era um *rallié*.

Fervorosamente dedicado à pátria, não lhe aprazia, entretanto, celebrar os ritos de seu culto nas inúmeras igrejinhas, monopolizadoras cada uma do sentimento patriótico.

Era mais vasta e mais alta sua concepção do dever para com o Brasil.

Havia um escolho nessa posição marginal, ou antes acima dos grupos mais ou menos intolerantes que se revezavam na direção das coisas públicas. Era parecer confundi-los todos no mesmo desprezo comum e assim ligá-los todos contra a ação que intentava desenvolver.

Fora erro grave e que não corresponderia aos sentimentos íntimos do novo ministro.

Era firme convicção sua que as relações exteriores de um país escapam, por lhes serem superiores, às agitações partidárias, nas próprias nações onde existem partidos organizados duradouros.

Mais ainda lhes ficariam a cavaleiro, em se tratando de uma República Presidencial, dotada de uma Constituição adiantadíssima em seu conjunto, na qual vinham solvidos debates mantidos por decênios no Brasil Império, regime novo no qual, segundo a observação profunda de Alcorta, parece difícil, quiçá impossível, fundarem-se agremiações políticas permanentes.

A esse regime devemos, talvez, a efêmera duração dos partidos, malogradas todas as tentativas nesse sentido. A ele, ainda, são atribuíveis o predomínio de certas personalidades, em falta da regência de idéias; a feição pessoal das lutas, com seu séquito de ferocidade, que as paixões humanas provocam, mais do que as divergências de pensamento.

Capelas a se multiplicarem indefinidamente, em vez da catedral única. O pulular de cismas, em vez da única e solene religião da pátria.

Tais construções ruiam, mais dias menos dias. Mas a política internacional do país, reflexo de suas necessidades permanentes e de seus deveres para com o complexo dos povos, continuaria ativa. Não podia, pois, ser privilégio, em seus grandes rumos gerais, de organizações frágeis e caducas. Era dever pairasse acima de todas, expressão da vontade do Brasil, e não da de qualquer dos grupos oriundos de tal dispersão fragmentária.

Era, portanto, sincero e entranhado seu esforço por atrair para sua orientação diplomática colaboradores de todos os feitios mentais, nas câmaras e fora delas. Empenhado em fazer uma política exterior nacional, lograria seu intento pela coadjuvação constante de todos os brasileiros, irmanados no mesmo ideal que animava ao chefe eminente da Chancelaria.

Nem sempre foi compreendido, principalmente nos primeiros tempos de governo. Despertou, mesmo, fundas lutas. Em algumas, talvez mais provocasse o choque a pessoa do ministro do que a obra criticada. São páginas voltadas, entretanto. Pouco a pouco, serenou o ambiente, no qual, por fim, inteiramente purificado, nenhum laivo de dúvida sobrou, deixando sequer resquícios de suspeita sobre os móveis orientadores da ação do Itamaraty.

Não foi sem custo, cumpre acrescentar.

Valeu-lhe esse estranho poder de sedução a que era impossível resistir, e que do mais indiferente fazia, após alguns instantes de palestra com o cintilante *causeur*, um admirador, não raro um amigo.

Tinha viajado muito e sabia observar. Sua memória era poderosa, inesgotável a veia de leve humorismo, pinturesca sua narrativa. Movido por crenças arraigadas, possuía o dom de fazer prosélitos. A cada um, falava a língua adequada. Convencia, pela profundidade e sinceridade das próprias convicções. Nenhuma liga de considerações pessoais, subalternas, minguava o quilate do metal precioso de sua dedicação ao Brasil. Pelo exemplo, conquistava dedicações.

Aos que penetravam mais longe em sua intimidade, impressionavam a feição carinhosa de seu trato, a meiguice real, intrínseca desse colosso de voz por vezes rugidora, a ingenuidade de expressões e de certas fases psíquicas, que um amigo seguro e leal, Assis Brasil, com felicidade aproximou da graça infantil.

Mais difícil, entretanto, era merecer-lhe a confiança completa, essa situação em que as almas se revelam desnudas e em que conversar é pensar em voz alta.

A Rio Branco chocava frequentemente a loquacidade incontida de certos interlocutores. Em alguns, mesmo de valor, notava a excessiva garrulice. O brasileiro havia desaprendido de ouvir e calar, dizia ele, e, não raro, ao êxito do dito agudo sacrificava interesses de maior monta.

Por isso, podiam-se contar nos dedos das mãos ambas, e talvez fosse exagerado o cômputo, aqueles que tinham a honra de conhecer o pensamento completo do grande chanceler.

Fosse qual fosse, porém, o grau de relações que o ligava ao ministro, o ouvinte seduzido, deslumbrado e respeitoso, tornava-se colaborador. Chama sempre acesa de amor à pátria, o ardor comunicativo do Barão em servir o Brasil ateava incêndios semelhantes em quem dele se acercava.

Contágio do grande ideal de sacrifício sem limites à terra natal. Um dos mais belos exemplos desse fato foi o nobre auxílio da quase unanimidade da imprensa à ação fecunda da nossa diplomacia. Salvo um ou outro eclipse, sem alcance e que Rio Branco era o primeiro a relevar, essa coadjuvação ininterrupta atenuou e facilitou a solução em períodos difíceis de nossa vida internacional, em momentos agudos de negociações espinhosas. Campanhas houve em que foi inexcedível o brilho desse trabalho jornalístico. Talvez nenhuma sobrepuje em fulgor a que teve por objeto o Tratado de Petrópolis.

Velho homem de imprensa, o ministro nunca pudera desfazer-se dos antigos hábitos. Colaborava também, quando lhe sobrava tempo ou julgava oportuno à

discussão diplomática em andamento, em vários periódicos da capital. Por vezes, enviava as tiras redigidas por ele próprio, com aquela sua letra característica, clara, em pé, arredondada nas extremidades, muito ligada. Outras, por volta da meia-noite, entrava portas a dentro das redações, e na mesa de um repórter, honrado com tal escolha, escrevia uma local que julgava dever divulgar, ou corrigia provas de algum artigo de maior importância. Ainda hoje, conservam-se carinhosamente esses autógrafos.

Em seu afã de congregar todos os brasileiros em torno da obra internacional que dirigia, apelava para todas as dedicações, inflamava aos tímidos, reanimava aos desfalecidos, incutia novo ardor nos mais pugnazes, a todos comunicava seu próprio calor.

Nada servia de pretexto para lhe recusar auxílio à atividade. Crente nas normas que adotara, compreendia e admitia todos os dissídios intelectuais. Esforçava-se por dissipá-los. Raro não alcançava fazer partilhar seu ponto de vista. Nenhum influxo tais divergências exerciam nas relações com o dissidente, ao qual continuava a tributar o mesmo respeito, as mesmas atenções. Oposição de idéias não era pretexto para retaliar; valeria por um incitamento a novas investigações.

Falta de uniformidade houve entre os negociadores brasileiros no modo de considerar o tratado com a Bolívia, fixando a nova fronteira pelo Acre. “O plenipotenciário vencido”, como se intitulou o eminente Rui Barbosa, foi o escolhido para missão mais alta ainda: a Conferência da Haia.

Quem trabalhasse com Rio Branco tinha de sujeitar-se a uma verdadeira e íntima colaboração. Ao receber a contribuição de seu ajudante, fosse qual fosse sua categoria, era o primeiro movimento seu molhar a pena para corrigir o memorial, mesmo antes de o ter lido. Em compensação, e para ser justo se diga que ele era o primeiro a aceitar o exame e, eventualmente, a modificação de suas opiniões e pareceres.

Tornou-se extraordinário como condutor de homens.

Não eram tanto ordens e notas que precisava prodigalizar: seu pensamento, comum a todos, conseguira pairar sobre a hierarquia inteira, ser por esta interpretado e posto em prática.

Polarizavam-se para um alvo comum todos os esforços, tornados solidários. A obediência já não era ato de mera disciplina; era entusiasmo, compreensão inteligente. E essa é a verdadeira medida do valor de um chefe.

Curiosa forma de trabalhar a sua, a que exigia de seus assistentes. De cada vez, uma questão apenas. Não se subdividia a atenção por vários problemas a um

tempo. Mas, relativamente ao caso em estudo, multiplicavam-se as providências, rebuscavam-se as fontes informadoras, avisavam-se todos os elementos concorrentes à solução, previam-se as objeções, mesmo as que menos probabilidades ofereciam de ser levantadas.

Quando vierem a público, o que certamente se dará em época oportuna, os documentos contemporâneos do Ministério das Relações Exteriores, talvez se considerem modelares as linhas em que foram tratadas as questões da Conferência da Haia, de acordo com o nosso embaixador nessa augusta Assembléia; as negociações relativas ao Acre; os incidentes do Pacífico em que puderam exercer-se, serenos e conciliantes, os bons ofícios do Brasil.

Notas, poucas; mas essas, precisas e exaustivas. Correspondência telegráfica extensa, para a providência imediata, segundo um ritmo igual à rapidez das cambiantes diplomáticas, nos momentos de crise.

* * *

Com esse método de trabalho e no meio que, a largos traços, procuramos caracterizar, ia o novo ministro iniciar sua gestão e realizar as idéias de que vinha animado. Convém examiná-las sumariamente.

Era imprescindível reabilitar-nos perante o mundo.

As duas presidências de Prudente de Moraes e de Campos Salles muito haviam feito nesse sentido, quanto à ordem interna e à vida financeira. Cumpria obter resultados análogos no domínio internacional. Para isto, volta à tradição do Império.

Quanto ao continente sul-americano: relações cada vez mais estreitas com as nações confrontantes; dissipar desconfianças; em todas, auxiliar o desenvolvimento, a ascensão gradual a níveis mais altos; compreender que o progresso de cada qual é vantajoso a todas e agir de conformidade com essa norma, envidando esforços por acelerar a evolução; repelir toda idéia de tutela ou de hegemonia, instituindo uma política de verdadeira confraternização; guardar neutralidade nas contendas locais; aplinar desinteligência. Em toda parte, em suma, levar a palavra de paz, em condições de se fazer ouvida e acatada; mostrar que o perigo, caso viesse a existir, não podia ser senão externo a todas, comum portanto, e não de um país americano a outro.

Quanto aos Estados Unidos: manter a nossa velha regra, a mais íntima colaboração entre os dois governos; a doutrina de Monroe, parte integrante da política exterior brasileira.

Quanto às nações européias, a filiação histórica impunha uma rota de cordialidade agradecida; de desejada colaboração no progresso comum; de respeito aos tratados e a tendências que vinham desde Utrecht, manifestadas na correspondência do plenipotenciário português, D. Luiz da Cunha, no tocante à exclusiva posse da bacia do Amazonas por Portugal e Espanha, e, hoje, com o transcorrer dos séculos, alargadas de modo que abrangesse o território inteiro da América, onde só poderiam permanecer nações herdeiras das duas coroas peninsulares. As mesmas colônias guianenses não poderiam ampliar-se.

A sinceridade de nossa orientação sul-americana tinha por si oitenta anos de história. Nunca interviéramos em negócios estranhos, senão por solicitação dos interessados, confessada por seus próprios analistas, ou por provocação direta.

Mas o que podia compreender-se em tempos perturbados, que tinham como tipos representativos os Rosas, Uribe, Facundo Quiroga, López, deixava de ser aceitável após a rápida floração que havia transformado em grandes e poderosos Estados, de grande cultura e requintada civilização, as republiquetas tumultuárias de outrora. Novo penhor do respeito às liberdades alheias que caracterizaria nossas relações com entidades políticas confrontantes.

Um país como o Brasil, entretanto, não pode arriscar-se a ver sua palavra apaziguadora violentamente suprimida pela força brutal. Há graus no adiantamento continental. A geografia e o passado impõem-nos precauções, que não são ameaças.

Por outro lado, Rio Branco havia assistido na Europa à criação do império colonial de vários povos.

A França conquistara a Indochina e o Tonquim; irradiara do litoral Atlântico e do Mediterrâneo para constituir seu domínio africano, ciclo talvez encerrado, hoje, com o protetorado marroquino, mau grado as interrogações postas no recente acordo franco-espanhol.

A Itália, lograda em Túnis, repelida na Abissínia, contentara-se com a Eritrêia e ia preparando a campanha da Tripolitânia e da Cirenaica.

A Inglaterra assenhoreara-se do Egito, das repúblicas sul-africanas.

A Alemanha, batida no Golfo Pérsico, vinha conquistando economicamente a Ásia Menor e seu *hinterland*, pela sua preponderância em Istambul, pela rede ferroviária de que Bagdá seria o eixo; na África, hóspede chegado tarde – *sero venientibus...* – contentara-se de trechos desprezados por outras nações.

As próprias possessões portuguesas no continente negro eram alvo de tratado de partilha entre a cobiça germânica e a anglo-saxônica.

No Extremo Oriente, o Japão, pelo Tratado de Shimonoseki, entrara na mesma senda imperialista, prolongada mais tarde na guerra com a Rússia.

Esta, sem tréguas, caminhara para Leste até enfrentar com o Império do Sol Nascente e ser vencida por ele.

Na China, as concessões européias alargavam-se, iniciando uma era de anexações futuras. Reinos tributários iam sendo absorvidos por vizinhos mais poderosos.

Na América, havia surgido tendência igual. Os Estados Unidos, premidos pelo problema político do Pacífico, pela defesa de sua dúplice testada oceânica, pela necessidade vital de dominarem as vias de acesso ao Istmo, tinham aproveitado sua luta contra a Espanha, conquistando-lhe as colônias, e solvida a questão de Panamá, promovendo a independência da República desse nome, mal disfarçado protetorado, com cessão de soberania na zona do canal entre os dois mares.

Em nossa própria pátria, expedições como as do Amapá e a de Trindade eram indício visível do conceito alienígena de que éramos terra partilhável. A campanha européia, em favor ou contra a constituição de uma província alemã no Brasil meridional, não era de molde que atenuasse a impressão da ameaça que pairava no ar.

E não faltavam teóricos que, a pretexto de colonização exterior, endossassem a projeção da nacionalidade além de suas fronteiras naturais e formulassem o processo a seguir: a infiltração econômica, as indústrias monopolizadas, a preponderância comercial, as relações de dependência política até a anexação como fórmula final.

Certo, para impedir tais implantações européias em território americano fora justificado invocar o auxílio da doutrina de Monroe, em seu aspecto ativo. Mas, em vez dessa tutela, mais digno seria e mais viril reagir com as forças ingêntas do país.

De fato, não merece viver, aspirar foros de unidade política soberana no concerto das nações, aquela que, para figurar nos mapas, recorre à proteção de outra, em vez de defender sua liberdade e proteger sua independência com a totalidade de seus recursos.

Soberania implica o ânimo de lhe sacrificar existência, conforto e interesses para a manter.

Para isso, para garantir a autonomia nacional, para dar à sua palavra e à sua gestão pacífica nos negócios continentais e outros o peso e a serenidade de quem não pode ser reduzido a silêncio por ameaças alheias, era necessário, e ainda o é, que o Brasil estivesse aparelhado nesses dois outros ramos administrativos que, com o das relações exteriores, enfeixam o problema da defesa nacional no Ministério da Guerra e no da Marinha.

A essa orientação de paz, mas de paz assegurada pela consciência da força, caso necessário, a fim de não temer perturbações; a esse dever da conservação nacional quiseram críticos superficiais, quando não voluntariamente mal intencionados, atribuir tendências imperialistas, agressivas, de conquista militar!...

Olvidados de que o Brasil – com 8 ½ milhões de quilômetros quadrados de superfície e 25 milhões, apenas, de habitantes – não precisa de terras, sim de homens. E esses, só a tranquilidade, o viver seguro, a calma do progresso pacífico os atrai.

Ainda para aparentarem visos de argumentos em favor de tão fútil increpação, arquitetaram teorias de incompatibilidades pessoais ou regionais, fazendo de Rio Branco, esse modelo de bom senso equilibrado, de cérebro consciente e avisado, o elemento perturbador da paz continental...

Era deslocar a questão.

Necessário é, por vezes, que os governos saibam sacrificar seu desejo de popularidade, arrostar o sentimento egoísta do povo, a fim de não assumirem perante a História responsabilidades infinitamente mais graves. Horas há em que o problema é posto entre a cortesia a clientelas e o dever para com a nação. O país hesita, não raro, mas, voltadas a calma e a reflexão, aplaude o chefe de Estado cômico de sua missão de resguardar o futuro nacional.

Por essa forma se apresenta a questão do preparo militar de um povo.

Seja como for, à custa de quaisquer esforços e provações, a existência como nação deve ser assegurada nas condições impostas pelos fatores geográficos e pelas considerações históricas.

Não é lícito, do fato de dada situação de armamentos, tirar induções políticas. Tais questões tratam-se intrinsecamente, de acordo com as necessidades de cada entidade política e com suas possibilidades. E, por isso, a resposta a modificações no valor militar de um país só pode ser militar também por parte dos outros grêmios interessados. Não se compreende, portanto, a pretexto do exercício do direito de defesa de cada qual, do modo por que a entende e

prática, que se venha afirmar estas ou aquelas intenções hostis, agressões contra esse ou aquele adversário.

Sem paradoxo, pode-se afirmar que é frequentíssimo o caso da preparação bélica ser um instrumento de paz. Operação de seguro internacional contra o inopinado, tão frequente na lição dos tempos, quando a parada e o revide aos golpes se não podem improvisar, e exigem longo preparo anterior.

Não o provou o Brasil até 1889? Sua preponderância material no continente era indiscutida. Nunca, entretanto, premiu ou ameaçou.

Não. O ponto de vista era outro. Sabia Rio Branco que fala com autoridade, com verbo sereno, principalmente quando tem de proferir palavras pacificadoras, contrárias quase sempre aos extremos de exaltados, somente aquele cuja imparcialidade é insuspeita pelo desinteresse pessoal absoluto, pela energia com que poderia agir em vez de aconselhar.

A força de que o Brasil havia de dispor não se voltaria contra contendores predeterminados. Valeria contra quaisquer, porém como meio de repelir agressões alheias.

É indispensável que, antes de meio século, pelo menos quatro ou cinco das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, em recursos defensivos, como a nossa grande irmã do Norte, a competir com os mais poderosos Estados do mundo.

Nada mais claro do que essas palavras do egrégio chanceler na sessão de abertura do Terceiro Congresso Científico Latino-Americano, em 1905, no Rio.

Era o alvo fortalecer o continente contra ameaças que fossem comuns. O fundamento essencial, de que pouco se quer falar, mas em que cumpre meditar sempre, da *entente* entre a Argentina, o Brasil e o Chile.

A ninguém ameaçava. “Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso”, explicava ele mais tarde encerrando a Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906.

E é compreensível o empenho de cordialidade continental das Américas, quando se vê que nelas fermenta, imprecisa ainda, a noção de um nobre dever a cumprir no desdobrar dos acontecimentos mundiais, e, na isenção histórica e geográfica de contingências que a herança dos séculos impôs à Europa, encontra bases para normas mais depuradas no viver coletivo, ideais mais altos de um altruísmo menos mesclado de interesses subalternos, lições mais

fecundas de solidariedade humana. Não é esse o substrato basilar das tentativas de codificação de um Direito Internacional americano?

Pondere-se, ainda, que não se entra a pactuar sem trazer cada qual seu quinhão de elementos dinâmicos, que permitam sustentar a diretriz comum. Como celebrar acordos mais detalhados, traçar rotas mais definidas, aceitar incumbências coletivas mais graves, sem estarem igualmente amparados os novos rumos entre todas as partes contratantes, dispondo todas de meios equivalentes, de energia e de previsão, para assegurarem o êxito a seus fins de orientação conjunta?

Esse fator indispensável nas trocas de vistas, eventuais, vinha, por assim dizer, imposto ao Brasil pela sustentação da doutrina de Monroe, parte integrante e capital de nossa política externa, não somente para uso e benefício nosso, mas de que tínhamos também, como temos, de acarretar a parte que nos toca de co-responsabilidade.

Rio Branco, que pensava como idealista e da mesma sorte inspirava sua ação, era um espírito eminentemente prático em se tratando de executar. No convívio em países estrangeiros perdera, se é que algum dia a tivera, essa deficiência mental, tão nossa, que consiste na ilusão gráfica.

Não lhe parecia solvido um problema, por ter sido objeto de um regulamento, de uma lei, de um tratado. Levava até à minúcia a preocupação pelo desempenho da responsabilidade assumida.

Partidário de uma política de realizações, procedeu quanto às forças armadas como fazia com as demais questões a que houvesse de superintender. “Os Senhores começam onde a missão de meu Ministério se interrompe”, costumava ele repetir aos numerosos oficiais que, respeitosos, o cercavam sempre, certos de nele encontrarem um amigo e um discernidor de mérito. Era-lhe impossível desinteressar-se de órgãos da economia nacional que, porventura, teria de utilizar. E por isso instava sempre para que nosso edifício militar se não limitasse a uma simples fachada, atrás da qual nada existisse.

A essa obra de previsão, de amor à independência nacional, de garantia às soberanias continentais na fase de expansão imperialista que o mundo atravessa, a esse alto empenho de puro americanismo quiseram apodar como tendência retrógrada de militarismo nosso, ou visos de imperialismo brasileiro!...

Não pensava, contudo, o chefe de nossa diplomacia que o segredo do triunfo estivesse na força. Melhor do que ele, ninguém agiu no sentido do conceito que Guilherme II acaba de tão bem resumir em seu recente discurso de Koenigsberg:

“Não basta o êxito militar para fundar o porvir e o destino de uma nação. Tudo depende da força moral que possua”.

Essa, exatamente, era a norma seguida no Itamaraty.

O alvo, nas negociações, não era tanto chegar a soluções conformes aos tratados e às modificações trazidas pelo tempo aos problemas em estudo. Esse fora um ângulo de visão mais estreito, o do especialista.

O que se colimava era fundar uma verdadeira cooperação de povos americanos, fazer do conjunto de seus respectivos territórios o Continente da Paz. Obra de estadista.

Nela se inspirou Rio Branco. Nunca se apartou desse grande escopo. Por ele pautou seus atos todos, desde o momento em que, constrangido, veio colaborar no governo do Conselheiro Rodrigues Alves.

E começou então a notabilíssima série de grandes atos internacionais, de que o Brasil se ufana com tanto motivo.

* * *

O mais urgente era o caso do Acre, para onde já marchavam forças regulares bolivianas a fim de submeterem, no então chamado *Territorio de Colonias*, as populações, brasileiras em sua quase totalidade, rebeladas contra a Bolívia e contra o sindicato arrendatário.

Para assegurar a fronteira, evitarem choques sangrentos, impedirem violências contra compatriotas da zona limítrofe, tropas brasileiras haviam sido mobilizadas também e ocupavam militarmente o território litigioso.

Preciso é reler as páginas admiráveis da Exposição de 27 de dezembro de 1903 em que o ministro justificou perante o Presidente da República o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro do mesmo ano, para avaliar as dificuldades vencidas, os altos fins pacíficos inspiradores e triunfantes na decisão final sem ressentimento nem humilhações, sem deslize para qualquer das altas partes contratantes, com honra para ambas, que saíram da contenda mais ligadas ainda do que antes da controvérsia.

A energia, a calma, o golpe de vista superior do homem de Estado haviam conseguido impor a paz, por algum tempo seriamente ameaçada, entre duas, quiçá três nações continentais.

O grande ato inicial do chanceler fora de mestre consumado. Solvia uma questão incandescente. Novamente granjeava relações amistosas com uma

potência vizinha, a que tantos interesses comuns nos ligavam. Estava reconquistado o nível primeiro do Brasil na assembléia dos povos americanos.

Seguiu-se então o complexo de negociações que, em seis anos, de 1903 a 1909, delimitaram nossa pátria nas zonas onde a fronteira ainda permanecia indecisa.

Graças aos esforços do grande ministro, à sua tenacidade, ao seu profundo conhecimento da tradição diplomática nos assuntos lindeiros, desde o Império, ficava fechado o perímetro de nossa terra. E do primeiro ao último dos atos relativos a essa obra imensa, mantivera una e invariável nossa orientação: o *uti possidetis*, na falta ou na invalidez do direito convencional; a negociação direta para dirimir litígios, e, em último recurso, o arbitramento.

Rio Branco mostrara-se digno de seus maiores, igual aos mais eminentes. A ele devemos ter tido em dezessete anos, de 1892 a 1909, solvidos todos os problemas da linha divisória, que vinham debatidos, a bem dizer, desde as bulas de Alexandre VI e o Tratado de Tordesilhas, em 1494. Quatro séculos de obstáculos acumulados, de complicações históricas, de dúvidas geográficas, de debates jurídicos tornavam-se uma página voltada da história, graças ao labor titânico do brasileiro excelso.

Não bastava, entretanto, delimitar o Brasil para assegurar sua política sempre pacífica, embora esse fosse o método mais pronto e mais seguro para remover da arena das contendas a causa mais frequente delas: os conflitos de fronteiras.

Era mister locar a linha separadora, e esse foi um dos grandes e mais vivos empenhos da Chancelaria. Trabalho moroso, exigindo cuidados especiais, meticolosas confrontações entre documentos gráficos, textos escritos, mapas geodésicos, protocolos de fixação de pontos, essa tarefa ainda vai em meio. A toda ela prestava Rio Branco o mais escrupuloso esforço de análise e de verificação. Sem receio de contestação séria, pode assegurar-se que, se questões graves, motivando tensão nas relações internacionais, incidentes lindeiros, foram evitados em grande número, para o futuro, deve-se o grande serviço à minúcia do exame pessoal feito pelo próprio ministro, nos poucos instantes que lhe sobravam de suas múltiplas ocupações.

Outras divergências, entretanto, poderiam surgir com países vizinhos e cumpria resolvê-las pacificamente.

Agressores, nunca o seríamos. Era seguro garante, mantido por nossa inquebrantável lealdade, o art. 88 da Constituição Federal, vedando por completo a expansão conquistadora. Mas para discordâncias outras? Esse o perigo, essa a possibilidade potencial de lutas, o gérmen de fundos dissídios.

Superiormente ideada, a solução foi a política dos tratados de arbitramento geral sistematizada pelo Barão do Rio Branco.

A não serem a Convenção com o Chile, que é de 18 de maio de 1899, embora trocadas as ratificações apenas em 1906, pelo Barão, que foi quem realizou essa formalidade definitiva; e o Tratado com a Argentina, de 7 de setembro de 1905, todos os demais, e são vinte e nove, efetuaram-se de 1909 a 1911.

A aproximação dessas datas mostra que, cessando o motivo que nos impedia de celebrar acordos gerais desse gênero pela delimitação completa do país, desde logo foi iniciada e sistematizada a política de remoção de conflitos pelo recurso ao juízo insuspeito de terceiros.

Basta citar os trinta e um países com que celebramos pactos dessa natureza – Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, China, Dinamarca, República Dominicana, Estados Unidos, Equador, França, Grécia, Grã-Bretanha, Haiti, Espanha, Honduras, Itália, México, Nicarágua, Noruega, Paraguai, Portugal, Panamá, Peru, Rússia, Salvador, Suécia, Uruguai e Venezuela –, para se verificar que ficaram firmadas regras dirimentes de controvérsias oriundas da contiguidade territorial; do desenvolvimento da população pela corrente imigratória; de reclamações causadas pelo entrelaçamento de relações econômicas do Brasil com as principais potências. Da extensão do princípio arbitral e do espírito de solidariedade americana resultam, ainda, alguns desses atos.

Já não era pouco. Quis, e conseguiu ir além a ação previdente do chanceler brasileiro, reprimindo ou, pelo menos, atenuando o influxo predominante de certos fatores, que, no decurso de nossa história, haviam trazido momentos de sérias dificuldades na política externa.

Entre esses, avultava a cogitação das comunicações fluviais. A linha de acesso mais pronto para Mato Grosso era o Prata e o Paraguai, diretriz que participa dos inconvenientes oriundos de regras vigentes e admitidas por nós em matéria de rios contíguos e de rios sucessivos, e ainda dos empecilhos estratégicos de uma linha de comunicações dominada por margens, onde se poderiam congregiar elementos bélicos adversos.

O Amazonas e alguns de seus afluentes, tipos de rios sucessivos, alguns, e, outros, tipos de rios contíguos, repetiam na região setentrional, em sentido inverso do caso do Prata, o mesmo problema jurídico.

A sul, éramos os ribeirinhos de montante sujeitos ao predomínio geográfico e político do desaguadouro em país estrangeiro.

A norte, senhores do exutório, premiamos as comunicações dos ribeirinhos superiores.

A essas exigências, simultâneas e contraditórias, obedeceu sempre a orientação brasileira. Sustentava esta que “quando um rio atravessa o território de dois ou mais Estados, a liberdade de navegação ou de trânsito para o ribeirinho superior depende de prévio acordo com o ribeirinho inferior, acordo que contenha a cláusula de reciprocidade”.

Era a afirmação de que, para se conceder o livre tráfego fluvial, cabia às soberanias a que pertence o rio o direito absoluto e exclusivo de regular a navegação, em convenções especiais.

E assim foi feito por nossos governos, dos atos de 1866 e 1867, abrindo à franca utilização determinados caudais, alguns mesmo interiores, até aos tratados de navegação em que se estipularam as condições do uso recíproco das correntes, nos trechos pertencentes aos respectivos Estados contratantes.

Toda a experiência histórica do Brasil aí estava, entretanto, para provar os atritos que surgiam nesse ponto, mesmo na vigência do direito convencional, além de graves inconvenientes que poderiam sobrevir em circunstâncias especiais.

Melhor, mais prudente, era evitar de pôr à prova a eficácia dos tratados, nesse delicadíssimo assunto, e recorrer a meios outros de acesso às diferentes zonas do país.

Nessa conformidade, a ninguém é estranho quanto a Chancelaria do Itamaraty influir poderosa, ininterrupta e uniformemente, no plano de melhorar as linhas de trânsito internas do país. O desenvolvimento da rede ferroviária em busca da margem esquerda do Uruguai, da barranca brasileira do Paraná e da cidade de Corumbá, no Paraguai, atestam esse empenho.

Esta última, a Estrada de Ferro Noroeste, para nós vale pela solução prática do problema do Prata, nos casos exclusivamente brasileiros. Reproduz, com variantes poucas, o antigo roteiro das monções bandeirantes, o “caminho dos rios”, que permitiu outrora a conquista de Mato Grosso e hoje assegura sua incorporação ao Brasil. Ainda possui a vantagem de remover da tela dos debates motivos de possíveis divergências internacionais, de gravidade evidente. Obra de paz, portanto.

Tinha Rio Branco a intuição profunda de que o Brasil precisa estar presente em todas as capitais americanas, em posição de destaque e tendo voz ativa em todas as questões referentes à América. Mas precisa estar efetivamente

presente, e ter voz de autoridade bastante para se fazer ouvida, a fim de cooperar no ideal comum ao continente.

Para esta larga empresa de convergência de povos em torno dos comuns destinos da América e de uma coletiva missão pacífica, as condições históricas indicam Washington como centro em que se encontram os mais poderosos elementos de ação.

O Brasil, que fez sua, desde que foi proclamada, a doutrina de Monroe, e a incorporou, vai para um século, no número dos princípios operantes de sua política externa; o Brasil, pois, está evidentemente indicado, e em situação excepcional, para desempenhar ou auxiliar a nobre tarefa, conjugados seus esforços aos da grande República do Norte.

Cada vez mais deveriam acentuar-se essas concordâncias de ação. Decair, nesse empreendimento superior, valeria por desertar de uma incumbência de civilização. Ausência ou fuga, equivalentes perante a moral política, seria a confissão de incapacidade de compreender o rumo para o qual nos impele a evolução ascensional, na fase em que para o mundo inteiro se delineia, embora imprecisamente ainda, a noção de um dever americano a cumprir nas relações humanas. Negar-se a obrigações tão altas, não é somente passível de censura e admirada crítica: é negar o possível advento de hipóteses políticas plausíveis no cenário mundial, com o colaborar nosso. É o suicídio moral de uma nação que, voluntariamente, amputa suas mais generosas aspirações para o bem geral. É fugir a encetar o caminho que leva às culminâncias onde só se estabelecem, estavelmente, as potências de primeira plana.

A essa grande norma, de generoso acordo de vistas em prol da paz do mundo, entre nossa pátria e os Estados Unidos, dizia Joaquim Nabuco que dedicaria todas as energias de seu cérebro, todos os impulsos de seu coração. Esta seria a paixão da sua idade madura, como a abolição o fora de sua mocidade.

Esse também o sentimento profundo do seu chefe no Itamaraty. Falando no Rio, em 1905, perante o Congresso Científico Latino-Americano, endereçava essas palavras ao continente inteiro:

Mesmo quando o Brasil, vivendo sob outro regime que o atual, era, na frase do ilustre General Mitre, uma verdadeira 'democracia coroada', e a diferença de forma de governo podia fazer crer em diferenças de ideal político, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar de espírito agressivo, de expansão e de conquista, que mui injustamente se nos tem querido atribuir. Hoje, como naquele tempo, a nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, e dentro das fronteiras em que

se fala a língua dos seus maiores; e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado.

Para realizar esse nobilíssimo programa de concórdia e de surto progressivo continental, era mister intensificar os laços de íntimo comércio, de recíproca confiança entre os povos americanos, a fim de, em ambiente de generosa emulação, cooperarem todos para o engrandecimento dessa fração do planeta, na paz e na ascensão para ideais mais altos.

Não fora esta uma diretriz aceita ou determinada à última hora pela pressão dos acontecimentos.

Já o Império o compreendera e nesse rumo agira em suas relações internacionais. A história das várias tentativas de assembléias americanas bem o prova, nas declarações oficiais do nosso governo, subordinado sempre ao dúplice escopo dos fins pacíficos da reunião para com todas as nações e da exequibilidade dos alvos inspiradores.

Blaine ia fazer entrar em fase nova esses esforços; de exígua origem talvez, de possibilidades ilimitadas em bem da paz, como admiravelmente salientou no discurso inaugural da Primeira Conferência Pan-Americana, em Washington, de 1889 a 1890.

O momento, pouco favorável, em que fora convocada, não permitira delinear seguramente esse aparelho de aproximação política. A par da inexperiência própria e da hesitação inicial de toda criação nova, havia demasiada desigualdade no estado de espírito das nações presentes. Reinava intensa dúvida sobre os fins reais da empresa, mal esclarecidos pela propaganda anterior e pelas gestões diplomáticas dos Estados Unidos. Ressentimentos fundos existiam entre as repúblicas do Pacífico. A proclamação da República brasileira viera lançar novo elemento de flutuação nos trabalhos da assembléia, que se queria fazer anfictiônica.

E a conferência de Washington, após seis meses de longo labor desconexo, havia de se dissolver sem resultados apreciáveis. Dois gérmenes ficavam, entretanto, nucleares de organizações que se desdobrariam por forma prática: o *Bureau* das Repúblicas Americanas, a comissão dos estudos da estrada de ferro intercontinental.

A segunda conferência, em México, durou três meses e manifestou-se estéril, tal o ambiente em que tentou trabalhar. Fortaleceu-se em pouco a ação do *Bureau*. Proclamou-se a adesão aos princípios firmados na Haia, em 1899,

quanto à solução pacífica dos conflitos. José Higino, nosso representante, que ali morreu, teve a iniciativa de propor a codificação do direito internacional.

A terceira conferência, no Rio de Janeiro, pode sem favor ser apresentada como o início de uma ação conjunta das duas Américas. Trinta e seis dias apenas durou, de 23 de julho a 27 de agosto de 1905. Mas seu programa, cuidadosamente elaborado, teve execução. Pouca oratória nos debates. Grande esforço nas comissões, que levavam ao plenário o resultado dos acordos obtidos. E o pensamento pacífico, normalizador de situações jurídicas de um ponto de vista coletivo, desdobrou-se em uma série de grandes convenções e de resoluções, algumas já hoje incorporadas em nossas leis: tais a que regula as patentes de invenção, desenhos, modelos industriais, marcas de fábrica e comércio; a que firma regras concernentes à Estrada de Ferro Pan-Americana; a que cria a Comissão Americana de Jurisconsultos para a Codificação do Direito Internacional Público e do Privado; e a que fixa as condições dos cidadãos naturalizados que renovem a residência em seu país de origem.

Entravam as conferências em sua frase operante, com a orientação prática, segura e serena, amiga de realizações, das grandes mentalidades do chanceler brasileiro e de Joaquim Nabuco.

Algumas das resoluções eram de alcance coletivo imenso, tal a que se refere à codificação das regras jurídicas internacionais. Trabalho de grande fôlego, em que se empenham esforços mentais consideráveis, ocupou Rio Branco até sua morte, continua em andamento, e ainda exigirá larga messe de estudos e de acerto de opiniões. Que progresso, entretanto, quando de um pólo a outro, a América possuir uma regra única, comum para reger os atos e os fatos internacionais!

A Conferência de Buenos Aires, quarta da série, prosseguiu na mesma orientação. Um dos seus melhores serviços foi a remodelação do *Bureau* em linhas mais amplas, constituindo a *União Pan-Americana*.

Dessa forma especial de encarar os problemas internacionais, com preponderância do ponto de vista continental, deu provas o Brasil, mais uma vez, sob a inspiração de Rio Branco, no Tratado de 1909 com o Uruguai, sob o condomínio das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

O que foi esse pensamento político nas relações com todos os povos do planeta, disse-o altivamente Rui Barbosa, cujas admiráveis iniciativas na Haia refletiam a diretriz internacional brasileira, consonando estreitamente com as convicções e as normas de agir do Itamaraty.

Por toda parte, na América e fora dela, o mesmo ideal de paz, de respeito a todos os direitos, de remoção de quantas causas pudessem criar ou avivar divergências, de sincero acatamento à independência de países fracos, de animação ao progresso em todos eles, de mediação amistosa por dissipar prevenções injustificadas e atritos, por vezes graves, entre nações amigas.

Resumiu tais normas o Ministro das Relações Exteriores, falando em nome do Governo brasileiro, ao encerrar a Conferência do Rio de Janeiro.

O bem que a todos nós fez a atual Conferência Internacional do Rio de Janeiro penso que é considerável. Um dos distintos membros desta assembléia, em vossa presença, no Ministério da Relações Exteriores, e falando em vosso nome, disse ontem que ides daqui sair mais americanos do que viestes. Tão grande é o nosso anelo de que esse seja o sentimento geral, que nos atrevemos a interpretar a frase do nosso hóspede ilustre como exprimindo a vossa convicção definitiva de que o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo, e de que, mais ainda por atos do que por palavras, fiéis às tradições de nossa política exterior, trabalharemos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e, particularmente, com as que nos são mais vizinhas. A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insânia, despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmos os mais cultos e cordatos. O dever do estadista e de todos homens de verdadeiro senso político é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais.

Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este nosso Continente da América.

Às repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas, só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos, para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande gloriosa irmã do Norte, promotora dessas úteis conferências. Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias, que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso.

Levareis, Srs. Delegados, aos vossos governos e à vossa pátria estas declarações que são a expressão sincera do sentimento do Governo e do povo brasileiro.

Possam elas servir para apagar desconfianças mal nascidas e ressentimentos infundados, se ainda os há, e tragam-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e nunca cessaremos de cultivar.

Nenhum comentário dessa nobre orientação vale o exemplo da inflexível firmeza com que Rio Branco sempre a observou. A serviço dela se achava ainda, quando, em seu gabinete de trabalho, no Itamaraty, a morte o veio ferir.

No modesto quarto de estudante pobre, onde exalou o derradeiro alento, cercavam-no livros, mapas, os mesmos instrumentos de estudo que lhe haviam permitido pelejar, pelo Brasil e pela América, o bom combate do progresso, da confraternidade continental, do esforço comum por atingir esferas mais altas de justiça e de bondade nas relações entre os homens e entre as nações.

À cabeceira do leito mortuário, nossa pátria não estava só, a deplorar o desaparecimento do filho ínclito. Do mundo inteiro, da América especialmente, vinham iguais testemunhos de dor e de gratidão pela obra e pelas diretrizes da ação do estadista extinto.

* * *

Havia chegado o momento do descanso.

Em sua idade madura, realizara seu sonho de mocidade: engrandecer o Brasil.

Em toda a sua existência, havia espargido a mancheias pelo mundo seus ideais de força e beleza para sua terra natal, de amor entre os povos, de gravitação coletiva para a luz, para a inteligência, para o bem.

Erguera um monumento indestrutível, porque seus alicerces haviam descido abaixo da crosta acessível às revoluções superficiais e transitórias, e assentavam no rochedo da própria subestrutura do país.

Perduraria, porque, em suas linhas essenciais e em suas tendências reveladas, encarnara o gênio de uma raça e concretizara o sentir nacional.

Estava sua obra assegurada de viver, porque, em todos os níveis da sociedade brasileira, o exemplo insigne havia suscitado o entusiasmo e a dedicação dos discípulos, a energia dos continuadores.

A um povo, por longo tempo torturado pela mediania de cogitações obscuras, pelo rastejar dos processos, pela subalternidade dos móveis, rasgara largas perspectivas no azul, mostrando um grande dever a cumprir para consigo e para com seus semelhantes, e ensinara a suprema beleza do labor e do sacrifício pelo progresso humano. A esse povo renovara o ideal e restituíra uma alma.

Dera-lhe consciência de seu valor e de sua responsabilidade. Certo!... Poderá variar, em seus detalhes, a execução de seus projetos, o prosseguimento de seus planos. Pouco importa ao conjunto. Divergências de minguado valor não alterarão essencialmente a trajetória seguida. Permanecerá a mesma a equação que a define.

Como a chama de longínquo pouso – vacilante às vezes, oculta, mesmo, pela treva tempestuosa ou pelas voltas do caminho – vence afinal o negror inimigo e dirige os passos do viajante até a beira do fogo hospitaleiro, assim o pensamento egrégio de Rio Branco na caligem das horas difíceis, como no brilho radioso dos dias desanuviados, guiará, séculos em fora, os destinos do Brasil.

Chegara o ocaso dessa grande vida.

Revedo a estrada percorrida, à inquieta interrogação eterna dos espíritos desprendidos e de têmpera superior – se estaria cumprido o dever, todo o dever –, daria resposta um povo inteiro, mergulhado na dor. Não essa pueril lamentação que se limita a planger, mas a dor máscula que busca honrar seus grandes mortos, seguindo-lhes os ensinamentos.

Finda estava sua tarefa. Podia repousar o imortal obreiro. E serenamente adormeceu.

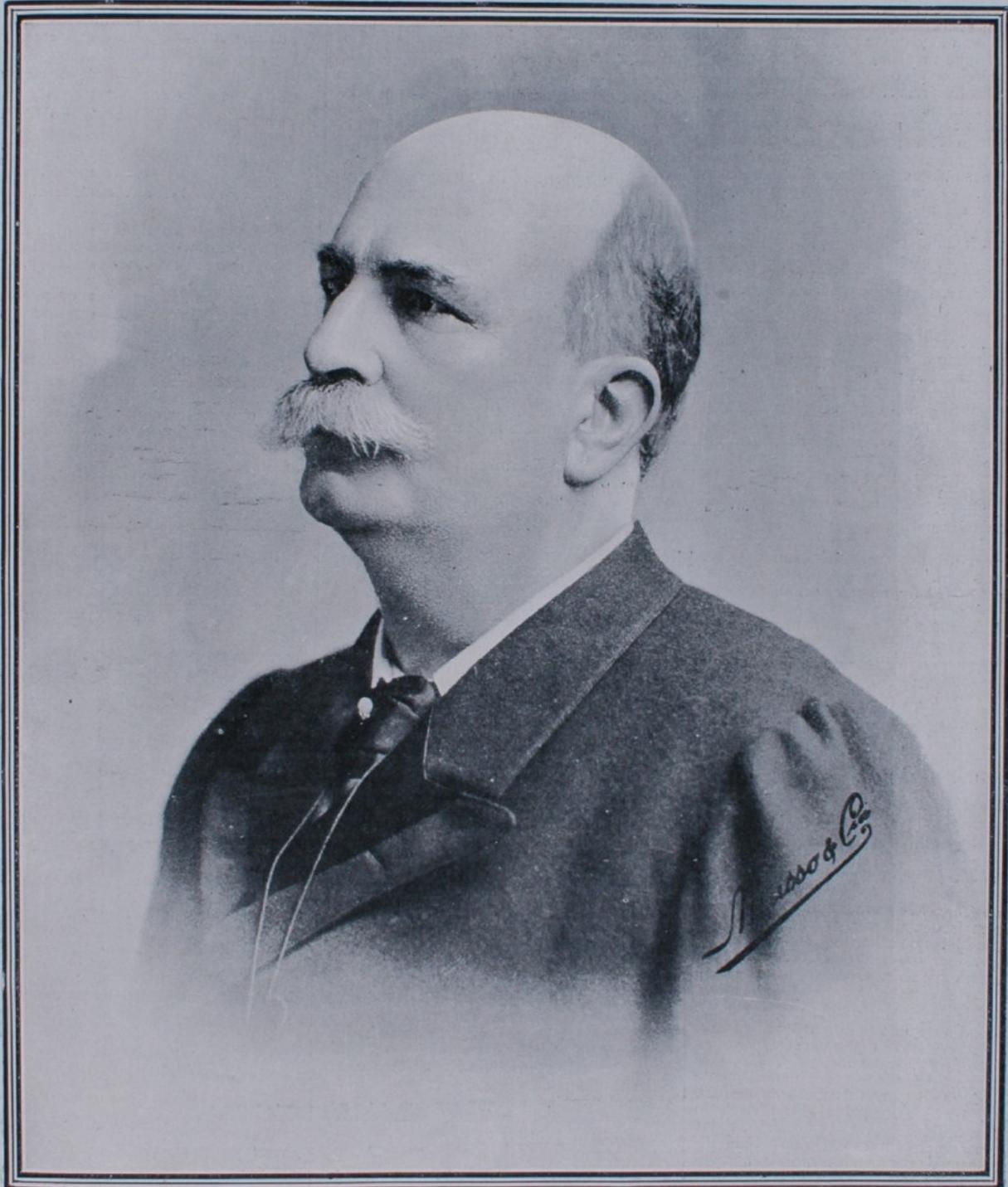
Caeté, março de 1913.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - Sílvio Romero, in: "Outros Estudos de Literatura Contemporânea", edição de 1906.

2 - "O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos" - Revista Americana, em abril de 1913. Organização: Centro de História e Documentação Diplomática, 2002.

APENSOS



O Barão do Rio Branco — o Demarcador do Territorio Nacional.

Com o tratado de 8 de Setembro de 1809, elle poz termo á ultima questão de limites que o Brazil ainda tinha pendente.

BARÃO DO RIO BRANCO
JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR
(1845—1912)



BARÃO DO RIO BRANCO

20 DE ABRIL DE 1843

10 DE FEVEREIRO DE 1912

O mais amado e venerado de todos os brasileiros, hontem o maior dentre os vivos, hoje o maior dentre os mortos

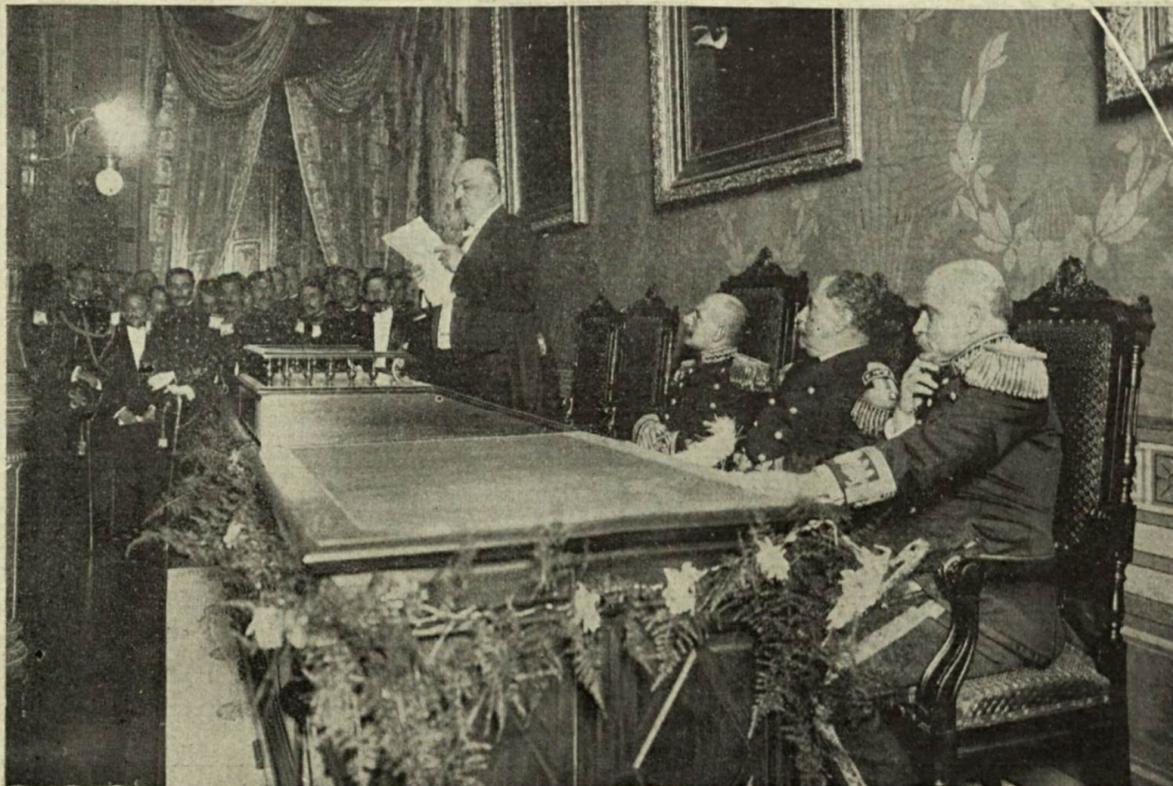
NOTA DIPLOMATICA



Embarque para Lisboa do Dr. Antonio Luiz Gomes, ministro demissionario da Republica Portugueza no Brazil : grupo no Arsenal de Marinha, vendo-se caminhar, ao som do hymno nacional, os Srs. barão do Rio Branco, de braço com a esposa do ministro e tendo este à esquerda, seguido do Dr. Enéas Martins, ministro do Brazil em Portugal; Drs. Muniz de Aragão e Julio Fernandez, ministro da Argentina; Dr. J. Maria de Lacerda; atraz do ministro portuguez o coronel Joaquim Ignacio. Nota-se na physionomia de todos a gravidade e a emoção do momento, despertadas pelas notas patrioticas do hymno.

Revista "O Malho" - Edição de 1911, nº 474 - Biblioteca Nacional Digital

O EXERCITO E O NOSSO CHANCELLER



Inauguração do retrato do Barão do Rio Branco, em o salão de honra do Club Militar, na noite de 15 do corrente. Perante o presidente da Republica, o almirante Leão, o general Caetano de Faria, e outras altas auctoridades, além de brilhante auditorio, lê o barão o seu discurso de agradecimento, após a bella saudação do tenente coronel Tasso Fragoso. Foi uma sessão memoravel.

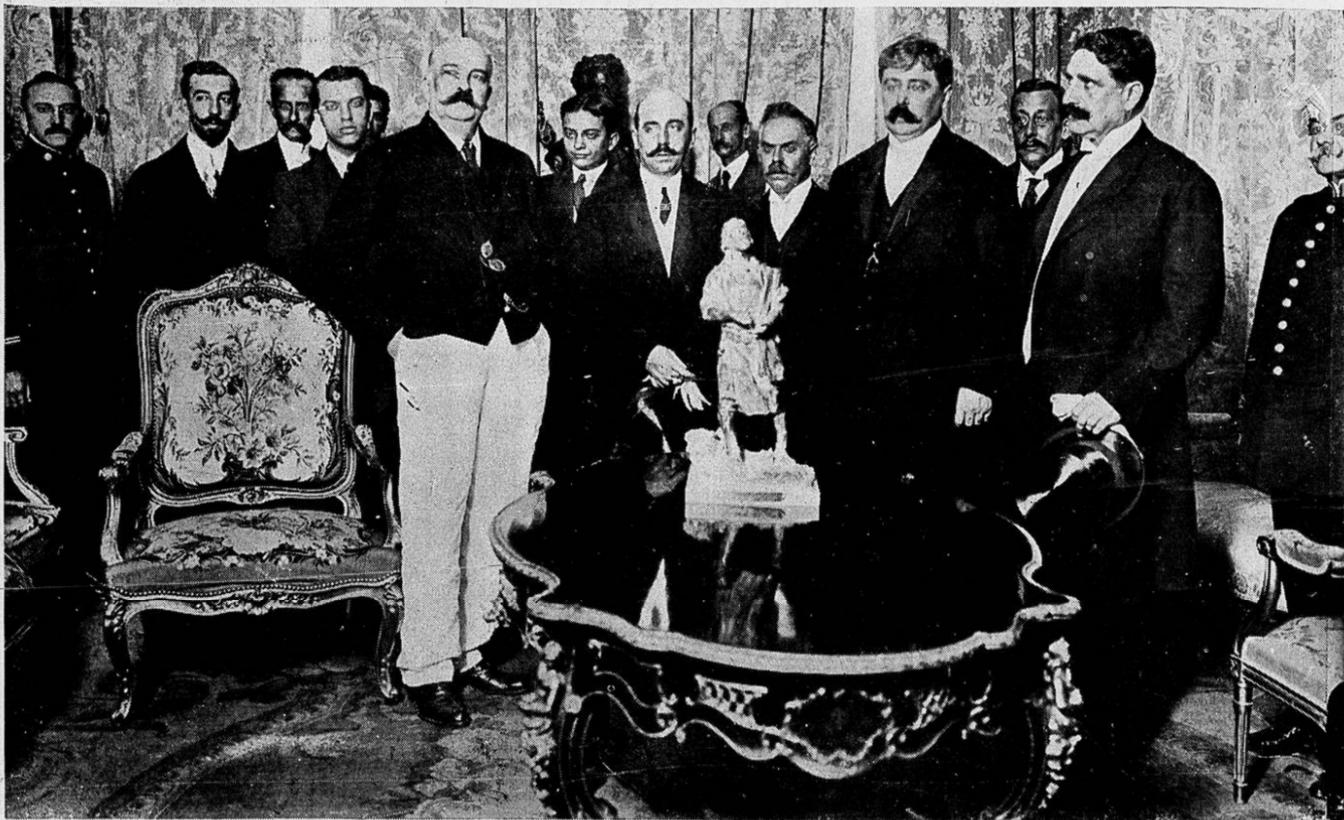
Revista "O Malho" - Edição de 1911, nº 475 - Biblioteca Nacional Digital

O BERÇO DO GIGANTE

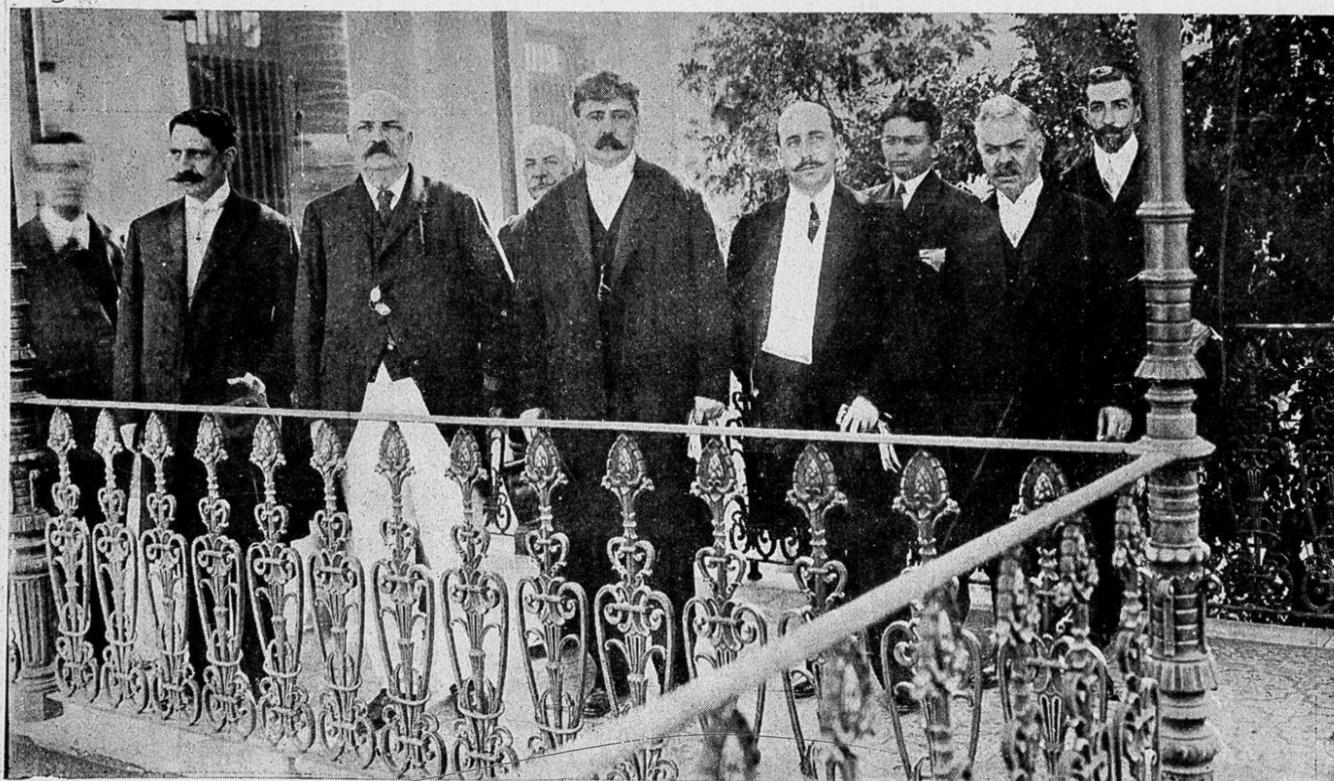


A casa da antiga Travessa do Senado, (Rio de Janeiro), hoje rua Barão do Rio Branco, onde nasceu, em 1845, o grande brasileiro.

MISSÃO URUGUAYA



No acto da entrega da estatua, oferecida ao Sr. Ministro das Relações Exteriores



Os membros da Missão Uruguaya, no Palacio do Itamaraty, em companhia do Sr. Barão do Rio Branco, o terceiro da esquerda para a direita

Acaba de chegar a Boa Vista o Cometa de Halley. O illustre hospede foi recebido pelas altas auto-

ridades astronomicas e acha-se hospedado no hotel das Estrellas. Até agora ainda não soubemos se

chuchou discurso, mas o caso é para isso, á vista da febre demagogica que vae alastrando agora.

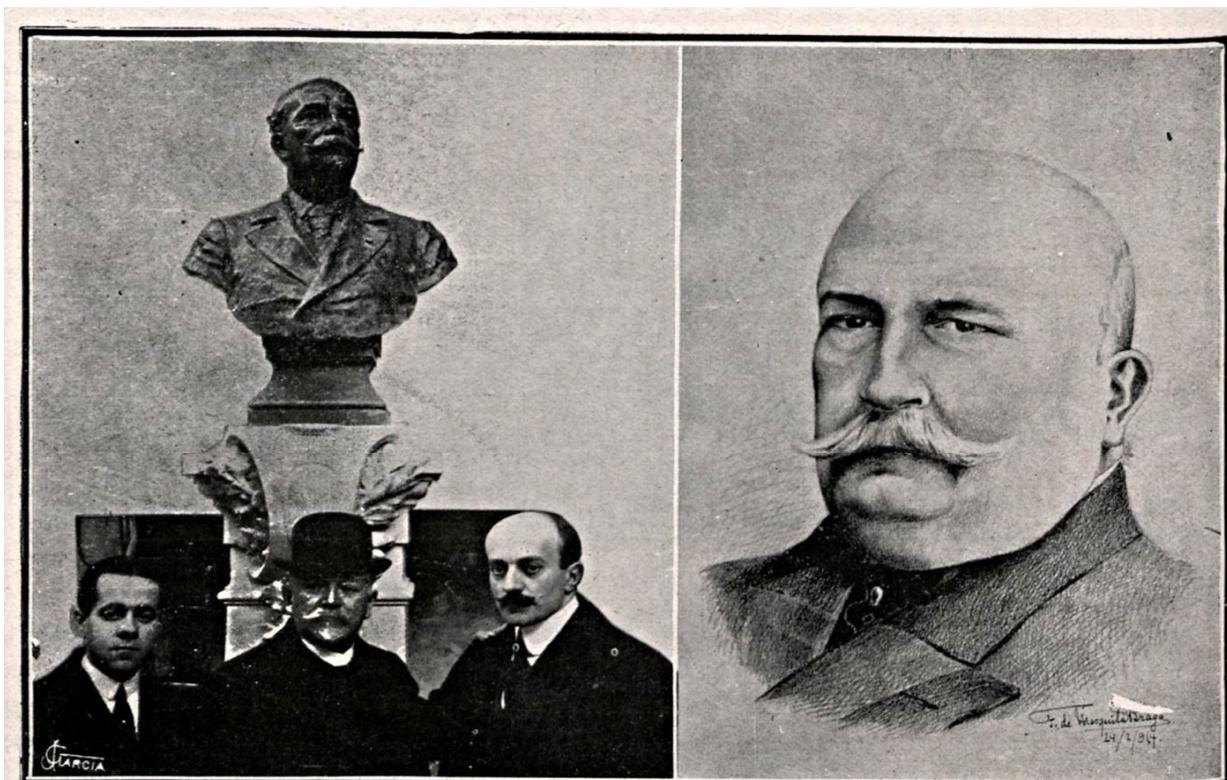


*Grupo tirado em Berne, quando chefe da Missão Especial, ali, o Barão do Rio Branco. Por
traz de S. Ex., de pé, seu filho Raul Rio Branco*



O Barão do Rio Branco em Baden-Baden (Agosto de 1898) em companhia de seus filhos Raül, Clotilde (á direita) e Hortensia (á esquerda). O Barão tinha então 53 annos.

Revista "Fon Fon" - Edição de 1912, nº 008 - Biblioteca Nacional Digital



A' esquerda o busto do Barão do Rio Branco, destinado á cidade de Campos e executado pelo escultor Felix Charpentier, vendo-se, da esquerda para a direita o nosso correspondente, o escultor Felix Charpentier e o Sr. Luiz Paranhos Cavalcanti, Chancelier do Consulado Brasileiro em Paris. A' direita retrato do Barão do Rio Branco, offerecido pelo seu autor Sr. F. Mesquita Braga ao Consulado do Brasil.

Revista "Fon Fon" - Edição de 1914, nº 013 biblioteca Nacional Digital

Traços biographicos do Barão do Rio Branco

É esta a biographia, por assim dizer, official, do grande e saudoso brasileiro :

José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, nasceu nesta Capital na então travessa do Senado n. 8, a 20 de Abril de 1845.

Fez os seus estudos preparatorios no Collegio de Pedro II, matriculando-se depois na Faculdade de Direito de S. Paulo, que cursou até ao quarto anno, bacharelando-se na Faculdade do Recife.

Em 1867 fez a sua primeira viagem á Europa. De regresso foi nomeado professor interino de Chorographia e Historia do Brasil do Collegio Pedro II.

Nesse mesmo anno foi nomeado Promotor Publico em Nova Friburgo, cargo que exerceu com grande brilho.

Em 1869 e de 1870 a 1871 acompanhou seu venerando progenitor, Visconde do Rio Branco, ao Rio da Prata, Paraguay, como Secretario da Missão Especial.

De 1869 até 1875 foi Deputado Geral pela Provincia de Matto Grosso, notabilizando-se na imprensa como redactor da *Nação*, de 1871 a 1875, defendendo ahi, com grande ardor e illustração de polemica, a politica do gabinete libertador chefiado pelo Visconde do Rio Branco.

Em 1876 foi nomeado Consul Geral do Brasil em Liverpool, e ahi durante annos pôde consagrar-se aos estudos que mais o haviam seduzido sempre, e que desenvolveram sua personalidade, como notavel conhecedor da historia do Brasil e emerito geographo.

Os momentos disponiveis dos seus afazeres consulares aproveitou-os para dedicar-se aos estudos de historia e geographia do Brasil, investigando nas bibliothecas e archivos europeus, fazendo copiar manuscritos de assumptos coloniaes do nosso paiz, verificando datas em que a lenda se misturava com a realidade, entrando em relações com americanistas que logo reconheceram a sua competencia na especialidade Sul-Americana, preparando-se com importan-tes e ineditos subsidios para escrever a Historia Militar da nossa patria, trabalho este que apesar de não estar de todo concluido, muito revela o seu acendrado patriotismo e o seu amor pelos grandes fe tos dos nossos heróes.

Emquanto se dedicava a esse trabalho, accumulando um material immenso de notas preciosas, dava logo demonstrações de consideravel erudição e da sua seriedade de historiador, publicando a traducção annotada da *Historia da Triple Alliance*, escripta pelo allemão Schneider.

Mais tarde ainda escreveu curiosas notas biographicas, artigos de revistas e encyclopedias scientificas, a *Esquisse de L'Histoire du Brésil* para uma publicação de propaganda da Exposição Internacional de Paris em 1889 e uma biographia do Imperador D. Pedro II.

Em 1884 foi commissario do Governo Imperial em S. Petersburgo por occasião da Exposição Internacional que se realizou nessa Capital.

Os serviços prestados com grande lealdade, intelligencia e patriotismo pelo Barão do Rio Branco não podiam ser esquecidos pelo novo regimen e assim foi, logo depois de proclamada a Republica, nomeado Superintendente em Paris dos serviços de emigração para o Brasil, na Europa, succedendo nesse cargo ao Sr. Conselheiro Antonio Prado.

Fallecendo o Barão de Aguiar de Andrade em Washington, o Barão do Rio Branco foi nomeado para substituí-lo na chefia da Missão Especial, encarregado de defender os direitos do Brasil na questão de limites com a Republica Argentina, submettendo pelos dous paizes á arbitragem do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos da America.

Oito mezes de grande trabalho e dedicados esforços em New-York, depois em Washington e concluiu a notavel Memoria Brasileira, acompanhada de valiosa documentação justificativa, de cartas geographicas e irrefutaveis demonstrações e argumentos que levaram ao espirito esclarecido do arbitro a convicção de que era brasileiro o territorio que com todo o direito reclamavamos.

E assim, em 5 de Fevereiro de 1895, por sentença do arbitro, 30.622 kilometros quadrados de territorio litigioso eram incorporados definitivamente ao patrimonio nacional.

Essa victoria do grande espirito diplomatico, do illustre brasileiro, ecoou por todo o Brasil, começando então o nome do Barão do Rio Branco a ser pronunciado como o de um patriota exemplar, como o de um brasileiro que ennobrecia a sua Patria pelo seu saber, pela sua variedade de conhecimentos, e o que é mais, pela sua nunca desmentida dedicação no desempenho das importantes commissões que em tão boa hora lhe têm sido confiadas.

Logo depois sobrevieram os conflictos no territorio do Araguay ao Oyapoc, na fronteira com a Guyana Franceza, em que foram mortos o commandante de um destacamento francez e varios soldados.

Este facto tornou urgente resolver-se a secular questão da identidade do Oyapoc, do Tratado de Utrecht e os Governos do Brasil e da Franca resolveram negociar um Tratado de Arbitragem para aquelle fim.

O Barão do Rio Branco foi então nomeado Commissario para reunir os documentos e preparar a memoria brasileira para a arbitragem projectada.

Prolongando-se as negociações de Julho de 1895 até Abril de 1897, em que se firmou o Tratado nesta Capital, teve a occasião de auxiliar a negociação para a solução da questão de limites com a Guyana Ingleza, escrevendo uma extensa e substancial memoria historica e geographica sobre este ponto litigioso da fronteira do Norte.

A 29 de Novembro de 1893 o Barão do Rio Branco foi nomeado Enviado Extraordnario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial junto ao Governo da Suissa, e a 1º de Dezembro de 1900, por sentença, fundada em erudita exposição de factos, o Brasil entrava na possessão definitiva de 260.000 kilometros quadrados de territorio litigioso, durante quasi dous seculos.

Essa victoria fez explodir um ardoroso entusiasmo no Brasil inteiro, e significativas foram as demonstrações de apreço que recebeu o Barão do Rio Branco, do Norte ao Sul da Republica.

O Congresso Nacional declarou-o Benemerito e votou uma pensão annual para o illustre brasileiro e seus filhos, além de uma recompensa em dinheiro.

Era Ministro do Brasil em Berlim, quando, em 1902, o Presidente eleito da Republica, Dr. Rodrigues Alves, reclamou os seus serviços em nome da Patria, para collocar-o na chefia da Chancellaria Brasileira e attender aos acontecimentos de extrema gravidade, que occorriam no Acre, sublevado, contra a Bolivia e declarado Estado independente.

Os acreanos eram brasileiros: a intervenção do Brasil era necessaria, diante da marcha de forças bolivianas, commandadas pelo proprio Presidente da Republica, para submeter os independentes.

O Brasil resolveu occupar militarmente o territorio, interpondo-se entre os belligerantes.

O povo brasileiro, que em Dezembro, no segundo anniversario da decisão de Berna, havia recebido o Barão do Rio Branco, como um triumphador, depois de 26 annos de ausencia da patria, mostrou-se nessa occasião inteiramente confiado na sua acção politica, como confiava em sua acção diplomatica.

A partida de tropas federaes para o Norte, coincidindo com a concessão dada em New York ao Bolivian Syndicate, pela renuncia de seus direitos de companhia semi-soberana exploradora do territorio sublevado, decidiu o Governo boliviano a negociar primeiro um "modus vivendi" regulamentando a situação dos belligerantes e das tropas dos dous paizes do territorio e, tendo a questão uma solução definitiva depois, no Tratado que se firmou em Petropolis, em 21 de Novembro de 1903, em virtude do qual o Brasil adquiriu a posse da immensa extensão territorial do Acre, mediante cessão de insignificantes trechos de territorio no Madeira e no Paraguay e mais o pagamento de dous milhões esterlinos com a obrigação de construir a estrada de ferro de Santo Antonio a Bella Vista para servir ao commercio boliviano através do Amazonas.

O Tratado de Petropolis foi discutido largamente nas duas casas do Congresso e com violencia até da imprensa, pelos que quizeram servir-se de la como arma de opposição politica de alguns despeitados e falsos patriotas.

Liverpool, 25 de abril de 1887.



Benjamin.

Escrevo muito a correr estas linhas porque preciso acabar hoje um trabalho que prometti ao Sr. Anna Nery para o livro Le Brésil en 1887.

Hontem tive a honra de receber um telegramma de Petropolis a fim concebido

— "Attendez corrigenda article Brésil. Suit paguabat 28 avril. Desiré tirage à part article Brésil corrigé. (Assignado) D. Pedro."

Logo providenciarei, e, apenas recebi resposta do Editor do Journal de l'Encyclopédie de citarem dadas as ordens para que ficasse adiada a tiragem, tomei a liberdade de dirigir (hoje) o seguinte telegramma ao Imperador:

— "Imperador. — Petropolis.

"Ordem Vossa Magestade artigo Brésil cumprida. Tiragem ia comecar hoje. Esperamos corrigenda. (Assignado) Rio-Branceo."

A mala de 28 de abril deve citar aqui no dia 14 ou 18 de Maio, e como toda a composiçao esta feita, sera facil fazer com rapidéz as emendas que Sua Magestade me fez a honra de remetter. Eu não ouso escrever directamente ao Imperador, e, pois, espero que V. me faça o favor de mostrar a Sua Magestade esta carta e de entregar-lhe as provas aqui

OS MINISTROS DO NOVO GOVERNO



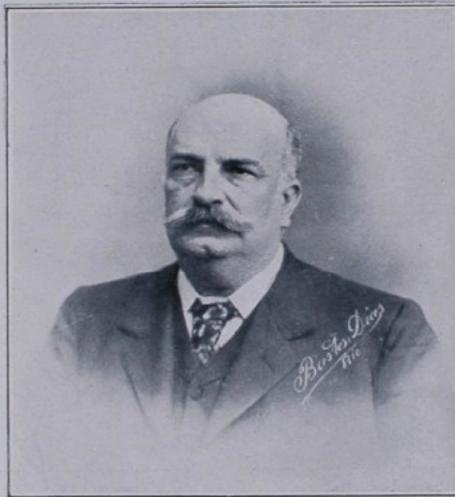
GENERAL CARLOS EUGENIO
Ministro da Guerra



ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR
Ministro da Marinha



DR. LEOPOLDO DE BULHÕES
Ministro da Fazenda



BARÃO DO RIO BRANCO
Ministro do Exterior



DR. FRANCISCO SA'
Ministro da Viação



DR. ESMERALDINO BANDEIRA
Ministro do Interior



DR. CANDIDO RODRIGUES
Ministro da Agricultura

O NOVO GOVERNO



MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA
Presidente da Republica.



DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Vice-presidente da Republica

EMPOSSADOS NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 1910

jesuitas se deve a expulsão dos holandezes de Pernambuco, dos francezes do Rio de Janeiro.

Grande massa da população do norte, gente magnifica, que nos tem dado os melhores soldados e ainda ha pouco tempo conquistou o Acre, é descendente dos indios civilisados pelos jesuitas.

Portanto,



Barão do Rio Branco
Minist'ro das Relações Exteriores.



Dr. Francisco Salles
Minist'ro da Fazenda.



Dr. Rivadavia Correia
Minist'ro do Interior.

recebe até os anarchistas, com a altiva segurança de que saberá obrigar-os a cumprir dentro do territorio inglez todas as leis inglezas.

Seria uma cousa curiosa, uma a-troz singularidade, ver os jesuitas recebidos na terra oriental, onde elles combateram, conquistaram e trabalharam pelo Brazil, e não contralli o agasamento



Dr. J. J. Seabra
Minist'ro da Viação.

se a questão é de tradição, para nós a companhia de Jesus deve ter honrosa, magnifica e impondonosa mais cainhosa gratidão.

Dir-se-ha — os jesuitas de hoje são outros. Mas diremos — os de então já eram considerados perfdos e prejudiciaes: para o Brazil foram os maiores — os unicos benefeitores, os verdadeiros semeadores de toda a grandeza, de todo o bem



Almirante Marques Leão
Minist'ro da Marinha.

de nossa terra.

Demais, nunca os jesuitas, nunca seita alguma de religião fez mal a um povo, sem ter o amparo franco ou occulto dos governantes, sem ser empregada por elles como elemento de dominio.

Num paiz organizado, policiado, em que o governo não tenha preferencias nem fraquezas, nenhuma seita, religiosa ou não, pôde dominar. A Inglaterra



General Dantas Barreto
Minist'ro da Guerra.

A MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO

Ao cabo da mais prolongada e conternadora agonia, mergulhou, afinal, nas trevas do «undiscovered country» o vulto extraordinario que foi José Maria da Silva Paranhos.

Dizer que o seu nome, a cuja sombra benéfica e tutelar se acolhe inconsolável a patria orphanada por desastre de tal monta, entrou definitivamente para a Historia, — trophéu glorioso a lembrar soberbas conquistas, — seria reeditar um chavão, mais que nenhum outro é inexpressivo, sobretudo tratando-se de quem, por tantos e tão incontrastáveis titulos, soube assegurar-se o posto eminentissimo que nos nossos factos lhe assigna a consciencia dos contemporaneos. Porque a verdade é que, com o desaparecimento de Rio Branco, cessam quarenta annos de ininterruptos serviços á causa publica — serviços cujo valor inestimavel ha de forçar os vindouros a ratificar os applausos e bene-

merencia com que lh'os galardoou o reconhecimento e admiração dos presentes.

Herdeiro de refulgente tradição de probidade, cultura, dedicação e civismo, de que foi claro espelho o velho esta-



distista visconde do Rio Branco, tão prodigiosamente soube o grande morto de hontem augmentar o patrimonio recebido que a sua figura, ultrapassando a dos que mais se avantajam neste momento, paira sobre os destinos da nossa nacionalidade, illuminando-lhe a trilha a seguir na arrancada para o futuro.

Homem — Rio Branco teria alguma vez er-

rado na sua longa carreira publica, tão cheia de devotamento á terra de seu berço. Mas, por maiores que fossem esses erros, bastaria para absolver-o delles o seu titulo soberbo e immarcescível de — integrador da Patria brasileira.

E é convencidos disto que nós, compungidos, genuflectimos ante os despojos terrenos do mais glorioso dos compatriotas do nosso tempo.

O ENTERRO DO BARÃO DO RIO BRANCO



Um aspecto do magestoso e aqui nunca egualado prestito funebre, na rua Senador Euzebio



O feretro do grande chancellor entregue á onda popular e a muito custo penetrando no cemiterio de S. Francisco Xavier

ENTERRO DO BARÃO DO RIO BRANCO

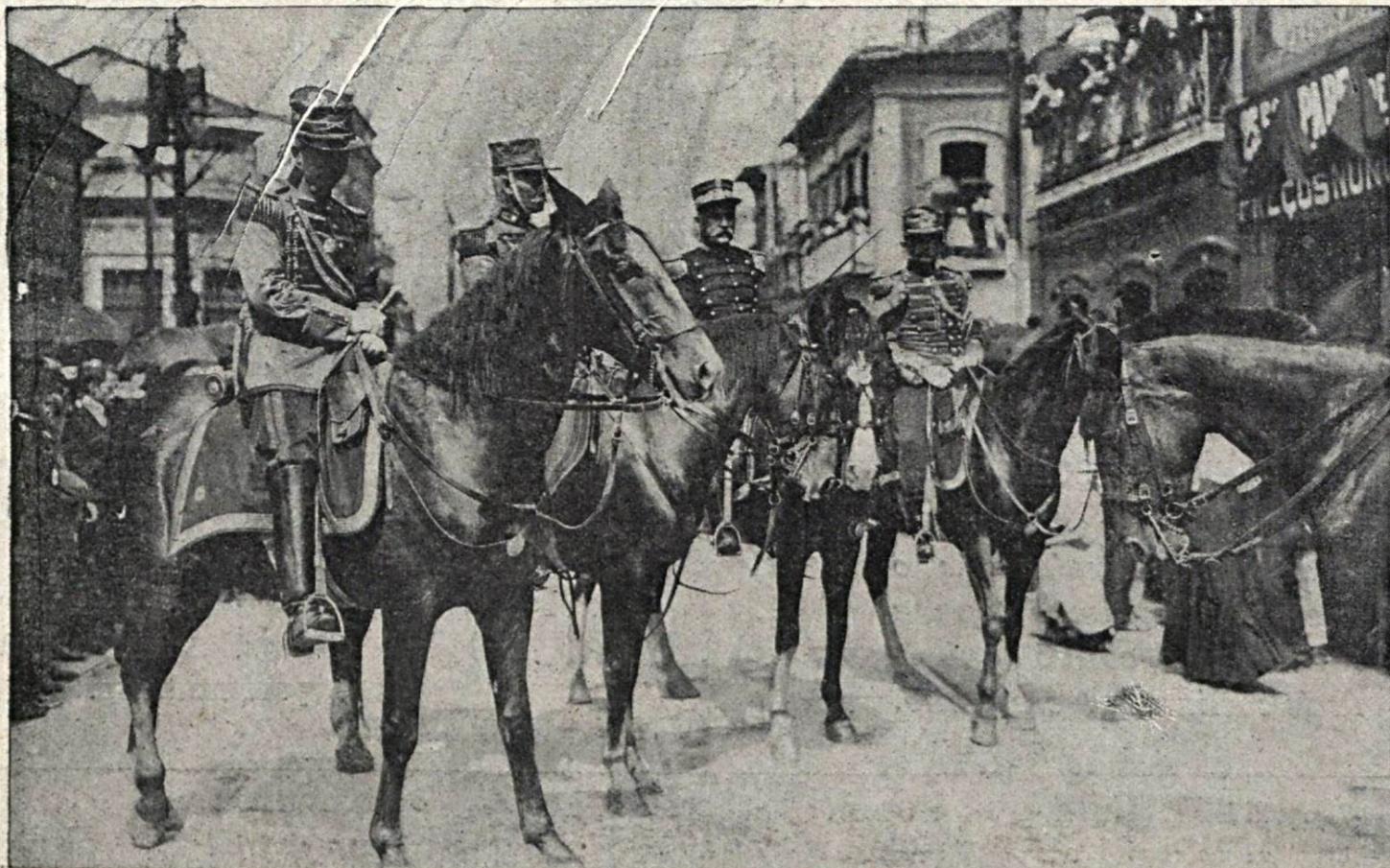


Forças da Marinha e povo, à frente do Quartel General do Exército, aguardando a passagem do grandioso prestito fúnebre



ASPECTOS DO PRESTITO: o secretario do Barão do Rio Branco, Dr. Muniz do Aragão, conduzindo as numerosas condecorações que ornavam o peito nobre do inolvidavel chanceler

QUADROS DA APOTHEOSE A RIO BRANCO



O general Caetano de Faria, commandante em chefe das forças de terra e mar, parado com o seu estado maior, aguardando a aproximação do prestito, que se movia vagaroso e difficilmente



Um aspecto da formatura da infantaria, por onde tinha de passar o enterro do Barão do Rio Branco



Sobre os despojos mortaes do Barão do Rio Branco sobrevive a irradiação fulgurante do seu incomparavel espirito, illuminando eternamente o caminho que devem seguir as gerações futuras.

ILUSTRAÇÃO PAULISTA

ANNO II 17 - Fevereiro - 1912 NUM. 57



Homenagem da « Ilustração Paulista »



Barão do Rio Branco

O Barão do Rio Branco é geographo, historiador e um perfeito homem de estado.

Apresentou á Camara do Imperio, sendo então deputado geral, o sabio projecto transformado na gloriosa lei denominada do *ventre-livre*; conquistando pacificamente as amplas Missões, as riquezas do Amapá e a farta opulencia do Acre, e rectificando com vantajosa justiça as nossas fronteiras com o Perú, dilatou e integrou o territorio da patria; foi, no inicio da fecunda politica dos melhoramentos e das remodelações, o mais habil reformador dos nossos velhos costumes rotineiros, e é o sereno mantenedor da paz sul-americana.

Reatou, adaptando-as ao regimen novo, as nossas antigas tradições de generosidade e previdencia, lamentavelmente quebradas, com perdulario desleixo, pela inexperiente diplomacia republicana.

Vendo a America Portugueza unida deante da America Hespanhola fragmentada, o grande ministro considera ou recorda que os povos da mesma lingua, principalmente se os liga um passado comum, são sempre, a despeito de ephemerias desavenças, amigos ou alliados. Com salvadora clarividencia comprehende que si não necessitamos fazer a guerra á nação alguma, talvez outras nações não possam attingir á plenitude dos seus ideaes sem nol-a fazer.

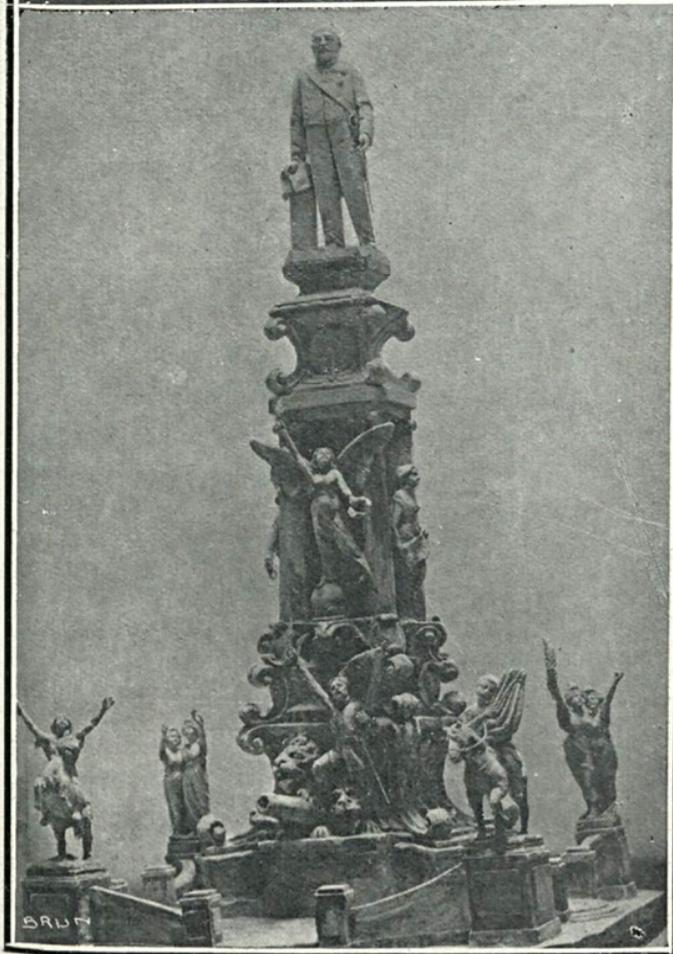
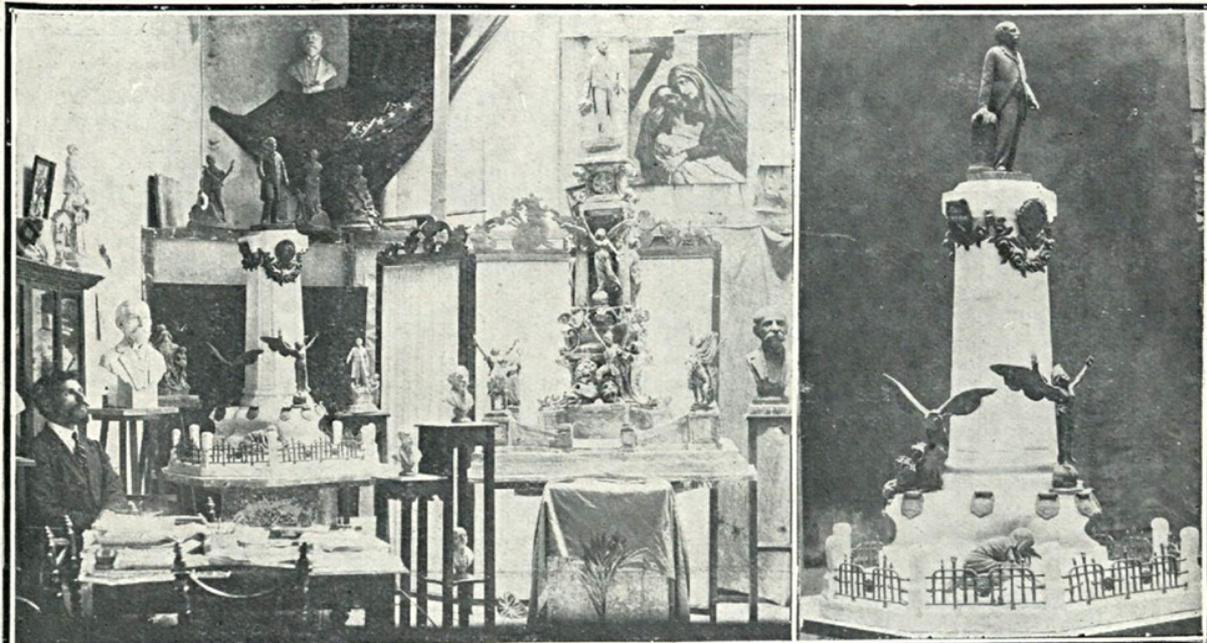
Desde a sua permanente installação no laborioso ministerio das Relações Exteriores, o Brazil, no concerto dos povos, não disputa o logar alheio, porém não céde o que lhe compete.

O Barão do Rio Branco é uma solida ponte que une as glorias do passado ás esperanças do futuro — escondendo sob o esplendor das collossaes arcadas as tristes incertezas do presente.

Barão do Rio Branco

VOL-TAIRE

MONUMENTO AO BARÃO DO RIO BRANCO



As photographias acima representam o atelier do escultor Luiz Esteves de Carvalho e os dous projectos apresentados pelo mesmo ao jury encarregado de levantar um monumento ao Barão do Rio Branco, no largo da Carioca.

O monumento, segundo o projecto n. 1, terá 17^m,50 de altura, tendo o pedestal 12^m,50 e a estatua 5 metros. O pedestal toma, da altura de 3^m,20 a forma aproximada de uma pyramide truncada com oito faces lateraes. Alem do escudo da Republica Brasileira que sobresahe no gradil de bronze que circunda a base do monumento e dos escudos que commemoram as datas em que foram assignados os tratados de limites e de commercio com a França (1 de Dezembro de 1900), com a Hollanda (5 de Maio de 1904), com a Columbia (27 de Abril de 1908), Paraguay (5 de Janeiro de 1872), Argentina (5 de Fevereiro de 1895), Equador (6 de Maio de 1904), Perú (8 de Setembro de 1909), Bolivia (27 de Março de 1867), Uruguay (12 de Outubro de 1851); adornam o monumento uma figura de mulher, representando a Fé; uma palma de bronze, allusiva aos triumphos do grande chancellor. Um grupo composto de dois leões, destroçando um canhão, tendo ao alto em attitude dominante, uma grande aguia serena com a penna symbolica atravessada no bico e que inspira a paz. Na face postero-inferior, a Historia, representada por uma mulher de grande porte, insculpe no pedestal — «Apostolo da paz» — (*A Rio Branco, o Brasil*). Completando o monumento, no primeiro lance do pedestal, uma mulher, representando a Nação, chora a perda de Rio Branco.

Todos os escudos e allegorias serão em bronze e o pedestal em marmore.

Projecto n. 2 — A base tem 11 metros de frente e 12 de fundo, ou 7^m,40 de frente e 8 de fundo, com quatro entradas formadas por escadarias. A' direita uma mulher a cavallo, symbolisa a Victoria, a Luz, o Fogo,

a Intelligencia. A' esquerda, um porta bandeira, a cavallo, reúne as bandeiras de todos os paizes com que o Brazil mantém relações, symbolisando o trabalho de Rio Branco nesse sentido. A' direita de costas, duas figuras unidas representam as republicas do Perú e Bolivia. A' esquerda, duas outras figuras representam o Paraguay e a Argentina. Na parte posterior do monumento, uma figura, representando a Historia, grava os altos feitos do grande brasileiro. Ao lado direito, um escravo negro com as algemas partidas, sauda Rio Branco pela abolição da escravidão. Ao lado esquerdo uma allegoria representa a Venezuela. A frente do monumento representa o Barão do Rio Branco, com o seu traje de ministro, na attitude de orador, com a mão direita apoiada em varios livros, medindo 5^m,50 de alto, sendo a escala de 10×100. No pedestal veem-se as armas do Brasil. Mais abaixo uma figura allegorica, symbolisa a revolta da Guyana Franceza. Além dos escudos que figuram no projecto n. 1, ha mais alguns grupos e escudos, que completam o grandioso monumento.

O CASO DAS FARINHAS OU O--«TUDO NOS UNE E NADA NOS SEPARA»...

A proposito da questão das farinhas de trigo *La Prensa* recrudescce em desaforos contra o Brazil, atirando de preferencia o seu velho odio sobre o barão de Rio Branco - (Dos telegrammas)



São os conhecidos, baldados e esganiçados latidos d'uma ca... chorra que, no deserto da indiferença universal, quer amedrontar a esphyngue inalteravel e sobranceira do Itamaraty...
Coitada! A verdadeira e unica amedrontada é ella; e aos seus insultos caninos responde só um eco: *La gran perra!*...

O POVO PIZANDO O PIZA !

«Uma d'estas noites estando o Barão do Rio Branco a jantar no Bar da Brahma em companhia de seu secretario, Dr. Muniz de Aragão, fo o estabelecimento invadido por uma enorme massa de populares; aos brados de «Viva o Barão do Rio Branco! Viva a Integridade da Patria!» Orou o Sr. José do Patrocínio Filho a quem o Barão respondeu, agradecendo, etc.» — (Dos jornaes)



Patrocínio Filho : — Barão ! Esta manifestação popular verdadeiramente improvisada, traduz o protesto eloquente do povo contra as aggressões insolitas e injustas, atradas a V. Ex. por um positivista de meia tijella, por um Piza das duzias, que nós pizamos com o nosso desprezo ! V. Ex. tem serviços á Patria que o tornam immortal ! Não é, nem pode ser attingido pelo *virus rabico* de um individuo que evidentemente se desequilibra e cai de ventas ao chão ! Viva ! Viva ! Viva o Barão do Rio Branco ! ! !

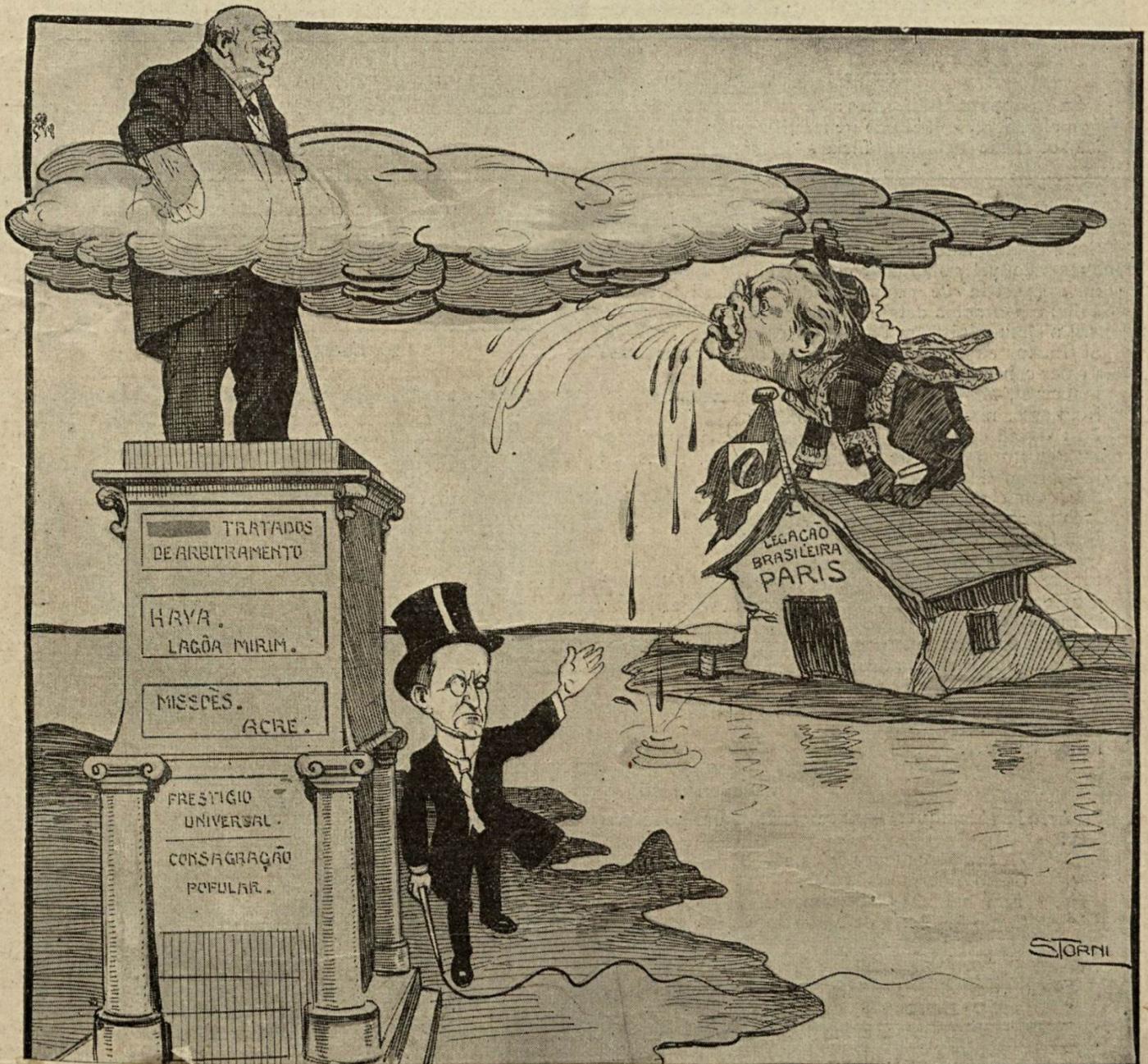
Coronel Silva Pessoa, Dr. Sebastião de Lacerda, coronel Ernesto Senna, coronel Zoroastro, Xavier Pires, etc., etc. — Vivôôôôô ! ! !...

Barão : — Agradeço commovido esta calorosa manifestação, tão honrosa quanto imprevisada. Não guardo resentimento algum pela injustiça e violencia das injurias que me foram atradas, pois attribuo a um estado mordido passageiro os excessos do meu aggressor. Quem se pôde livrar de uma d'estas ? São os ossos do officio, meus amigos !... Ide em paz e deixai que o Piza volte a si desse ataque de...

Uma voz do povo : — ...de estupidez !...

O ESCANDALO DO PIZA

«Por ter sido posto em disponibilidade, o Sr. Piza, ex-ministro do Brazil em França, dirigiu uns telegrammas desaforados, escandalosos, em linguagem baixa, ao barão do Rio Branco, envolvendo tambem a honra de outras personalidades. Um dos attitudos, Sr. Alvaro Tefé, secretario do presidente da Republica — cargo de que pediu demissão — dirigiu ao Sr. Piza um telegramma de desaffronta, em termos tambem violentissimos.—(Memoria publica)

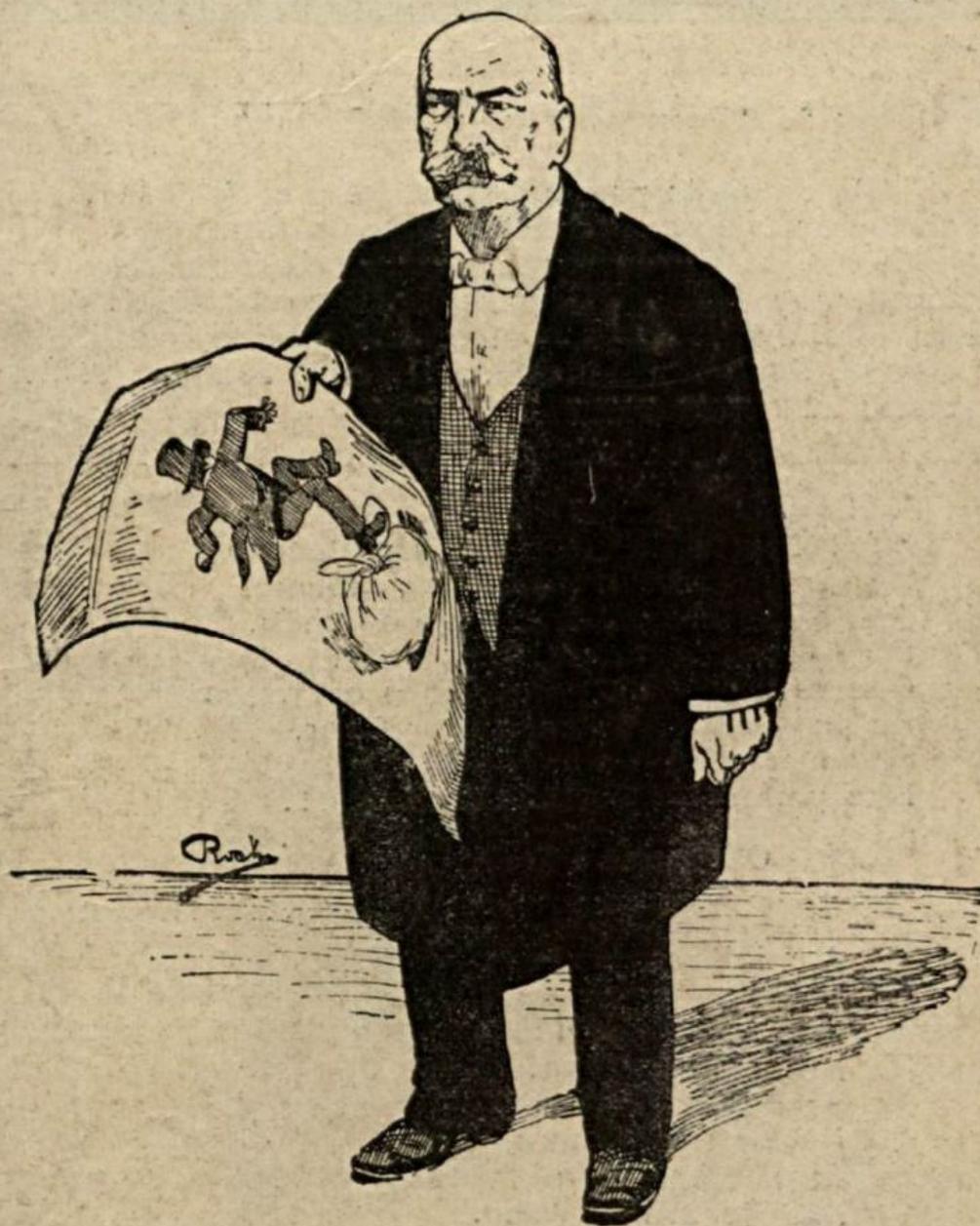


Alvaro Tefé (encarnando a opinião publica, indignada com a audacia do Piza): — E é um individuo d'aquelles que, durante 20 annos, representou o Brazil na Cidade Luz, commettendo toda a sorte de gaffes e discurseiras positivistas; é um individuo d'aquelles, provadamente incompetente que, num arranco de despeito hydrophobo, late os maiores insultos contra o grande brasileiro, que paira muito acima d'elle, e me envolve tambem na sua rancorosa verrina de diplomata... de estrebaria! Isto só mesmo a chicote!...

A PRE!...

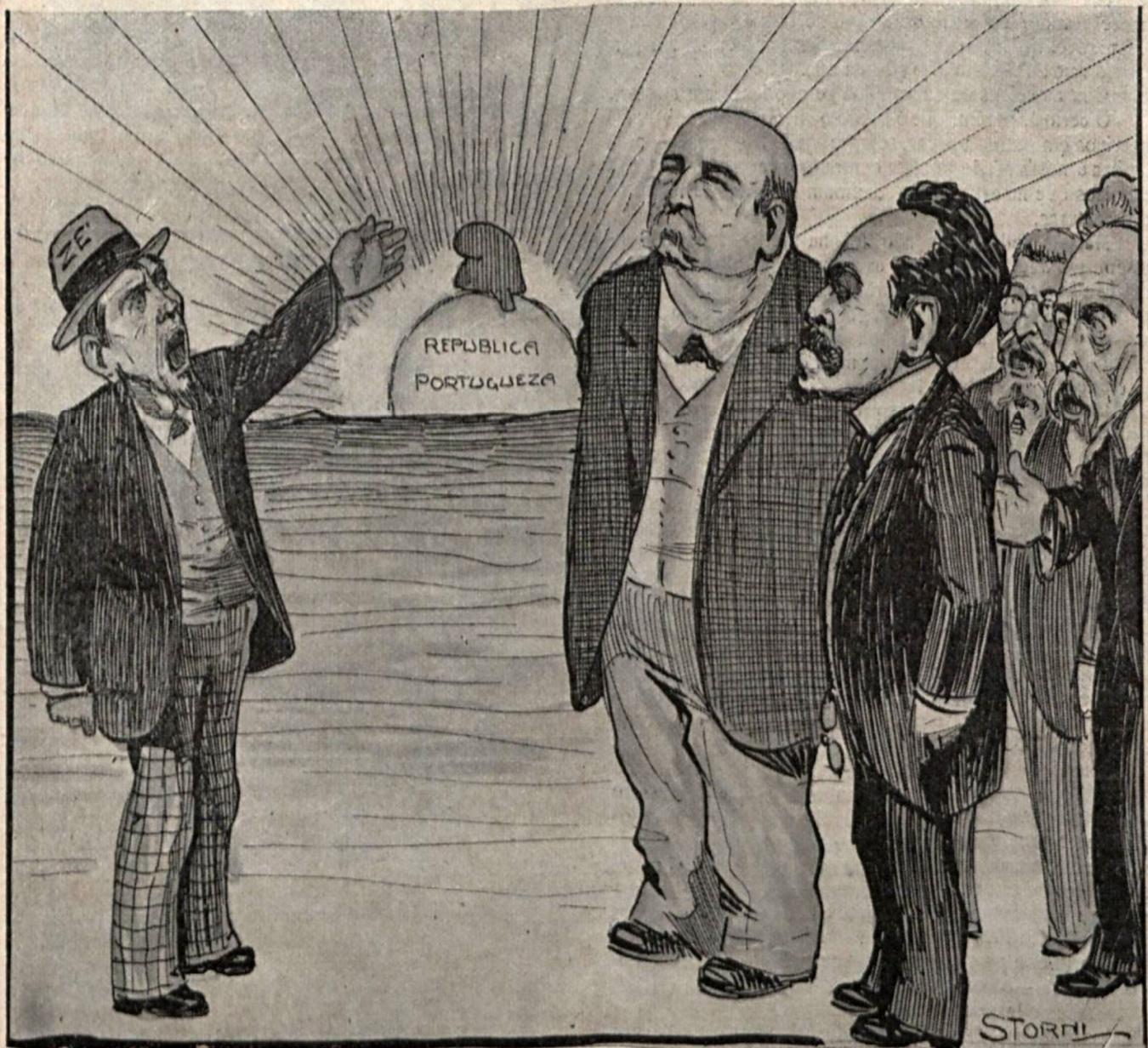
Entrevistado acerca da impressão que lhe haviam feito os telegrammas injuriosos, dirigidos pelo Dr. Piza, ex-ministro do Brazil em Paris, respondeu o Barão do Rio Branco que o signatario d'esses telegrammas merecia commiseração.

(Dos jornaes,



Barão :—Coitado !... O Piza julgava-se ministro vitalicio em Pariz, onde ha vinte annos só sabia fazer *gaffes*... Foi removido para outra legação. Não aceitou. Foi posto em disponibilidade e, então, como é positivista, o Piza não esteve com meias medidas : pisou na trouxa...
Coitado !...

PELO RECONHECIMENTO!



Zé Povo: — Oh! senhores! Porque não se reconhece já a Republica Portuguesa? O rei e a familia real já se conformaram com o facto consummado. Os partidos monarchicos estão adherindo e o proprio patriarcha de Lisboa adheriu tambem! Que é que se espera? Será para se não desagradar á Inglaterra, á Allemanha e ás outras monarchias da Europa? Nós não temos nada com as intrigas das côrtes, e — quem muito se abaixa... *Quintino e Glycerio*: — Apoiado, Zé! E' inconcebível que o Brazil republicano esteja difficultando a consolidação de Portugal-republica... *Nilo (á parte)*: — Diga alguma cousa barão! *Rio Branco*: — E'... a Republica Portuguesa ainda não foi reconhecida,.. porque... iste é... ha de ser... ha de ser... *Zé Povo*: — Com effeito, quanto gaguejamento! Se se tratasse de outro homem, seu barão, eu era capaz de dizer que se tratava de um caso de *sebastianismo internacional*... Mas, de um ministro da Republica!... Emfim: é isto: Portugal será reconhecido mais tarde, mas não ficará reconhecido ao Brazil, que devia ser o primeiro paiz a reconhecer o seu agora irmão em tudo... Fresca diplomacia!